



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2021

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamamento público para o **CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS EM NÍVEL HOSPITALAR, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTOS, INTERNAÇÕES, CIRURGIAS E EXAMES COMPLEMENTARES EM URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E ELETIVOS PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, SENDO QUE O HOSPITAL DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPES DE MÉDICOS E PROFISSIONAIS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, PARA ESTAREM DE PLANTÃO QUANTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, VISANDO DIMINUIR A NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTOS DE PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPIOS**, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na minuta de contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

1.1 Os serviços hospitalares e ambulatoriais Objeto deste Edital, possuem finalidade conforme Blocos de serviços, como seguem:

1.1.1 BLOCO I: Qualificar o acesso na urgência e emergência, através de suplementação de custeio, de forma a propiciar a integralidade de atenção junto às Redes de Atenção à Saúde, em consonância com as linhas de cuidados.

1.1.2 BLOCO II: Apoio e qualificação para estruturação das portas de entrada da Rede Paraná Urgência, como referência microrregional do Sistema Único de Saúde;

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

1.1 LOCAL: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

1.2 DATA: 29 de abril de 2021.

1.3 HORÁRIO: 8 horas e 30 minutos

1.4 Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria 038/2021.

1.5. Da publicação: De acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei 2366/2019 estabelece que o prazo de publicação conforme o texto da Lei é “O Credenciamento é o ato administrativo de



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços ou junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis”.

2. EMBASAMENTO LEGAL, JUSTIFICATIVA e FORMALIZAÇÃO DO PREÇO

2.1. O presente credenciamento será regido pela Constituição Federal de 1988, Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Complementar 101, de 04/05/00, Lei nº 2366/2019, Lei Orgânica Municipal e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, Decreto Municipal nº 17220/2021, inclusive, as normas e portarias editadas pelo Ministério da Saúde, e mediante as condições a seguir estabelecidas.

2.2. JUSTIFICATIVA:

Bloco I: Tendo em vista que o município não dispõe de estrutura própria para atendimento de urgência e emergência 24 (vinte e quatro) horas com Centro Cirúrgico, necessária para atendimento à população referenciada.

Considerando a necessidade do atendimento e complementação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) que ocorre no âmbito da atenção básica atuando de forma articulada nos casos em que há a necessidade do componente hospitalar, sendo este a porta de entrada para cuidados intensivos, com apoio aos serviços de diagnóstico e de laboratório.

Bloco II: transferência de recursos relativos a Resolução SESA Nº 166/2016, e resoluções editadas com base na mesma.

Justifica-se também a elaboração do presente chamamento para atender os requisitos mínimos estabelecidos pelas Portarias nº 3410, de 30 de dezembro de 2013 que estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) e Portaria nº 3.390/2013/MS que institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar na Rede de Atenção à Saúde (RAS). E Portaria de consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017.

2.3. DO PREÇO: O preço foi balizado conforme a Tabela de Custo emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e homologado pelo Prefeito, conforme Decreto Municipal nº 17220/2021.

2.3. DO CRITÉRIO: A tabela de custos foi baseada em orçamentos anexos ao processo, bem como no estudo de custos tanto com equipe quanto para manutenção e efetivação do atendimento.

2.4. ÉTICA: O contratado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

3. DO OBJETO

3.1. O presente Chamamento Público tem por OBJETO o **CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS EM NÍVEL HOSPITALAR, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTOS, INTERNAÇÕES, CIRURGIAS E EXAMES COMPLEMENTARES EM URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E ELETIVOS PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, SENDO QUE O HOSPITAL DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPES DE MÉDICOS E PROFISSIONAIS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, PARA ESTAREM DE PLANTÃO QUANTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, VISANDO DIMINUIR A NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTOS DE PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPIOS**, de acordo com o Anexo I deste edital.

4. DO VALOR

4.1. O valor estimado para esta Chamada Pública é de R\$ 907.935,42 (novecentos e sete mil, novecentos e trinta e cinco mil reais e quarenta e dois centavos) ao mês, totalizando **R\$ 10.895.225,04 (dez milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e quatro centavos) ao ano**.

4.1.1 O valor estimado não implica em nenhuma previsão de crédito em favor dos Contratados, que só farão jus aos valores correspondentes mediante atingimento de metas quantitativas e qualitativas.

5. DO ACESSO

5.1. O acesso ao credenciamento é livre para todos os estabelecimentos, pessoas jurídicas, prestadoras dos serviços na área de saúde, conforme o objeto deste Edital, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de abertura do edital de Chamamento/Credenciamento Público n.º 003/2021.

5.2. Havendo mais que uma empresa credenciada para cada item os serviços e os valores serão rateados.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. As empresas interessadas deverão se inscrever no processo de Chamamento/Credenciamento Público n.º 003/2021, apresentando os documentos elencados no **item 09** do presente chamamento, podendo se credenciar para tal, apresentando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação por servidor deste Município.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

6.2. Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital, sendo que a abertura dos envelopes dar-se-á a partir do dia **29 de abril de 2021, as 8 horas e 30 minutos**.

6.3. Os interessados poderão solicitar o credenciamento a qualquer momento, sendo a contratação de acordo com a necessidade dos serviços.

6.4. Os interessados deverão entregar os Envelopes na sede da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos – ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, sito a Av. Rio Grande do Sul, 130, centro do Município.

6.5. A abertura dos envelopes dar-se-á no local acima mencionado, obedecendo a ordem de entrega dos mesmos.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar do presente Chamamento Público todas as empresas interessadas no ramo de atividade que preencham as condições exigidas neste edital.

7.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

7.2.1. Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

7.2.2. Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

7.2.3. Empresas que tenham como sócio (s) servidor (es) ou dirigente (s) na esfera governamental da Administração Municipal;

7.2.4. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Federal/ INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT;

8. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. As impugnações aos termos do presente edital deverão obedecer aos critérios do artigo 41, da Lei n.º 8.666/93.

8.1.1 As empresas participantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a PREFEITURA, licitante que não fizer seu pedido até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações.

8.1.2 A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

9. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. Para o credenciamento, os interessados, deverão apresentar toda a documentação informada abaixo:

9.1.1 Habilitação Jurídica:

a) *Se representante legal*, deverá apresentar: o estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado**, ou outro registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso) no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação;

b) *Se procurador* deverá apresentar: Instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura do representante legal que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado** ou outro registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso) no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga, sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação;

c) *Tratando-se de credenciado*, a carta de credenciamento (**conforme anexo V**) devidamente assinada pelo representante legal que constem poderes específicos para interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado** ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação.

9.1.1.1 no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

9.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

a.1) a prova de regularidade com a **Fazenda Federal** será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

a.2) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

a.3) a prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

b) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**).

d) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**);

e) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (**ALVARÁ**), relativo ao domicílio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de **falência** expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente, expedida a menos de 90 (noventa) dias da data da abertura do Chamamento Público.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. (Registrado nos órgãos competentes);

Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 1 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. (Registrado nos órgãos competentes);

O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis - obrigatória a DRE, com o devido registro na Junta Comercial.

*já para as empresas que optaram pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é necessário a apresentação do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

9.1.4 Qualificação Técnica:

a) Comprovação de credenciamento no Programa Materno Infantil há pelo menos 12 (doze) meses;

b) Cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, fornecido pela Secretaria de Saúde do município sede da Licitante, compatível com o ramo de



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

serviços na área hospitalar, com cadastro atualizado, inclusive com rol de profissionais com CBO e serviços de classificação reconhecidos pelo SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamento e OPM (Órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção) do SUS;

c) Licença Sanitária atualizada ou documento equivalente emitido pelo órgão competente.

d) Registro ou inscrição do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe Regional;

e) Certificado de Entidade Beneficente da Assistência social – CEBAS – Saúde, para os estabelecimentos de saúde sem fins lucrativos, reconhecidos como Entidade Beneficente de Assistência Social, quando couber;

i) Os proponentes interessados em credenciar-se para o Lote V deverão apresentar declaração que atende as exigências da Resolução SESA 166/2016, que trata de estruturação das portas de entrada, da rede Paraná Urgência, conforme anexo VI.

9.1.5 Declaração Unificada (conforme modelo – Anexo IV);

9.2. Todos os documentos solicitados neste Chamamento deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas em cartório ou por servidor municipal designado para tal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação;

9.3. Para os documentos emitidos via INTERNET, a Comissão Permanente de Licitação, antes da Habilitação da proponente, comprovará a veracidade das informações contidas no documento, através da própria INTERNET.

9.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, fica concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Comissão permanente de licitação, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

9.5. Todos os documentos devem ser impressos preferencialmente em papel reciclável.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇO

10.1. Os envelopes contendo **documentos de habilitação e proposta de Serviços**, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, consoante da face os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021
ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇOS



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

PROPONENTE: _____

11. PROPOSTA

11.1. Contida no Envelope, devidamente assinada por seu responsável legal, em papel timbrado, redigida em idioma nacional de forma clara, sem emendas, não podendo conter erros rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, caso a Comissão de Licitação entenda ser relevante tal falta, ou que comprometa a lisura do certame e deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital. **(Conforme anexo III).**

12. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

12.1. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 038/2021, promovendo-se a desclassificação das proponentes que apresentarem propostas desconformes ou incompatíveis.

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1. Dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas neste edital, sendo que a proponente deverá comprometer-se a atender TODOS OS REQUISITOS DO LOTE, ao qual apresentar proposta.

13.2. Havendo mais que uma empresa credenciada para cada item os serviços e os valores serão rateados.

13.3. Para o LOTE V, o estabelecimento proponente deverá ter caráter público filantrópico e apresentar declaração que atende as exigências da Resolução SESA 166/2016, que trata de estruturação das portas de entrada da rede Paraná Urgência.

13.4. As metas quantitativas e qualitativas definidas neste edital, deverão ser cumpridas pelo CONTRATADO, após o credenciamento.

14. GESTÃO e FISCALIZAÇÃO

14.1. Do gestor: Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento do(s) contrato(s), assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelo(s) credenciado(s).

14.2. Do fiscal do contrato: Caberá a fiscalização do contrato ao Sr. Rafael Rugério Dutra;

14.3. Do suplente de fiscal: Sr. Tairone Alan Mezzomo.

14.4. A fiscalização do objeto do contrato será realizada pelo médico auditor, e representantes da Secretaria Municipal de Saúde, os quais efetuarão a conferência, que pode ser in loco, sobre a adequação da prestação dos serviços contratados às exigências dispostas no Contrato e Documento Descritivo.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

14.5. A fiscalização por parte dos CONTRATANTES não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

14.6. Havendo irregularidades na execução do objeto do presente contrato, o CONTRATADO deverá ser notificado, oportunizando sua manifestação e determinação de prazo para regularização da ocorrência. Caso não haja sucesso na solução da problemática ou mesmo verificando descumprimento contratual, será encaminhado processo para apuração de penalidade administrativa ao órgão responsável, fazendo constar o descumprimento contratual e cópias das comunicações enviadas ao CONTRATO e suas respostas, bem como o prejuízo acarretado ao CONTRATANTE;

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº. 8666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos;

15.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso;

15.3. O recurso deverá ser protocolado junto ao Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, Av. Rio Grande do Sul, 130 - centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná - PR - CEP 85.660-000 e ou encaminhado via e-mail para o endereço natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br, aos cuidados da Comissão de Licitação, ficando estabelecido prazo de até 5 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do Gestor, que terá igual prazo para análise e decisão;

15.4. Somente o responsável legal do interessado poderá interpor recursos;

15.5. Somente serão conhecidos os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios;

15.6. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação;

15.7. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de Termo de Homologação pelo Município.

16. DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Homologado o objeto do presente Chamamento, o MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, convocará os adjudicatários para assinarem o termo de contrato em até 3 (três) dias úteis, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1. DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Para a execução adequada do objeto do contrato, ficam estabelecidos obrigações comuns às partes:

- 1º - Elaboração de protocolos técnicos para as ações de assistência à saúde;
- 2º - Elaboração do Documento Descritivo;
- 3º - Educação permanente de recursos humanos;
- 4º - Participar ativamente na implementação de ações para melhoria da rede de assistência à saúde;
- 5º - Educação e participação do controle social.

17.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Ficam estabelecidos encargos específicos do CONTRATADO, os seguintes:

- a) Zelar pela qualidade e resolutividade da assistência;
- b) Garantir a igualdade de acesso e assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;
- c) Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços de média complexidade com cumprimento de metas, definidas no Documento Descritivo;
- d) Disponibilizar aos usuários atendidos, medicamentos, materiais e serviços de Apoio a Diagnóstico e Terapia (SADT) de Média Complexidade visando garantir a integralidade do atendimento;
- e) Monitorar os seguintes indicadores:
 - Taxa de ocupação de leitos;
 - Tempo médio de permanência para leitos e clínica médica e cirúrgica;
 - Taxa de mortalidade institucional;
- f) Manter os serviços de Urgência/Emergência em funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas/dia, durante todo o mês;
- g) Garantir o atendimento quando regulado pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), a VAGA ZERO, até a obtenção de leitos disponível dentro da rede SUS;
- h) Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas na otimização da utilização;
- i) Assegurar a alta hospitalar responsável e segura ao paciente e à família, em conformidade com o Programa de Atenção Domiciliar;
- j) Implantar e manter o Programa Nacional de Segurança do Paciente;
- k) Implantar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

l) Implantar e manter o atendimento conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), incluindo a visita ampliada para os usuários internados e a garantia de acompanhantes para os casos normatizados pelo SUS;

m) Disponibilizar o acesso dos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários e pais ou responsáveis de menores, de acordo com o Código de Ética Médica, assim como nas suas dependências arquivo de prontuários pelo período mínimo de 20(vinte) anos, contados do último atendimento, observado o seguinte:- Local exclusivo para arquivamento de prontuários;- Sistema de arquivamento que permita a localização de qualquer prontuário solicitado, com possibilidade de resgate de prontuários pelo nome do paciente;- O prontuário deverá ser único e conter:

- I) Folhas datadas, arquivadas de forma sequencial e identificas com o nome do paciente;
- II) Registro de todos os atendimentos com assinatura e carimbo dos profissionais;
- III) Anotações legíveis;
- IV) Anamnese, exame físico, evolução clínica, prescrição, resumo e/ou diagnóstico de alta;
- V) Proteção de confidencialidade dos pacientes e dos registros da equipe.

n) Realizar todas as notificações compulsórias classificadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e suspeitas de violência e negligência, de acordo com as legislações específicas;

o) Disponibilizar informações sobre as intervenções clínicas e cirúrgicas, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização de procedimento terapêuticos e diagnósticos, conforme legislações específicas;

p) Disponibilizar para caso de falta de leitos de enfermaria, em situações de urgência e emergência, acomodações adequadas aos usuários até que seja disponibilizado leito;

q) Informar a todas as equipes integrantes do estabelecimento e prestadores do serviço, os compromissos e metas constantes no Documento Descritivo, implementando dispositivos para seu fiel cumprimento;

r) Disponibilizar de estrutura física e de recursos humanos e tecnológicos de forma a atender os serviços a serem contratualizados em conformidade com as legislações vigentes;

s) Não cobrar e não permitir qualquer cobrança por parte de seus colaboradores aos usuários do SUS, tão pouco de acompanhante ou qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, responsabilizando-se por qualquer cobrança ilegal ao usuário do SUS;

t) Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas;

u) Assegurar a educação permanente aos seus trabalhadores;

v) Participar da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Serviço;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- w)** Participar dos mecanismos de regulação, incluindo o sistema de fluxo e contra fluxo, estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;
- x)** Permitir o acesso nas áreas de atendimento, desde que devidamente identificados, como também paramentados quando assim o ambiente exigir, aos membros do Conselho Municipal de Saúde e da Comissão de Acompanhamento, desde que comunicado com antecedência;
- y)** Garantir a participação de representantes do hospital nos cursos de capacitação voltados para as Redes Assistenciais;
- z)** Atender as Cláusulas anticorrupção: Conduta de prevenção de fraude e corrupção
Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480 de 30 de julho de 2020.

“Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

aa) Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários, em local visível e de fácil acesso;

bb) Realizar auditoria interna para monitorar a assistência e o controle de riscos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;

cc) Avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes, com comprovação, conforme definido no Documento Descritivo;

dd) Monitorar a execução orçamentária e zelar pela aplicação dos recursos financeiros disponibilizados, via contratualização;

ee) Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos estabelecidos no Documento Descritivo;

ff) Dispor de Ouvidoria e/ou serviço de atendimento aos usuários, por canais que facilitem o acesso do usuário, tais como: telefone, e-mail, presencial;

gg) Alimentar e/ou disponibilizar dados para os Sistemas de Informações classificados como obrigatórios pela gestão municipal/estadual ou federal;

hh) Responsabilizar-se pela utilização de pessoal para execução do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;

ii) Permitir a fiscalização ou o acompanhamento da execução deste CONTRATO pelos órgãos competente do SUS e pela Municipalidade, não sendo excluída a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos das suas ações e ou legislação aplicável;

jj) Responsabilizar-se pela indenização em caso de dano ao usuário, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos;

kk) Realizar os atendimentos nas dependências do prestador, sendo vedado o encaminhamento aos consultórios privados;

II) Disponibilizar a totalidade de ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação do gestor;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

mm) Responsabilizar-se em preencher os laudos de autorização hospitalar de caráter eletivo com clareza e de forma legível, solicitando os procedimentos necessários verificados durante avaliação médica;

nn) Justificar-se à contratante, por escrito, quando alegar razões técnicas sobre a decisão de não realização de qualquer ato previsto em contrato, apresentando plano a ser desenvolvido para que não ocorra comprometimento no atendimento;

oo) Responsabilizar-se em manter todas as informações pertinentes em prontuário médico conforme orientações do Ministério da Saúde, Portaria nº 1.820/2013 e Conselho Federal de Medicina, seguindo a mesma padronização ordenada em todos os prontuários, destinando-se ao registro dos cuidados que foram prestados aos usuários por todos os profissionais de saúde;

pp) Registrar e apresentar de forma regular e sistemático a produção das ações e serviços de saúde contratualizados, de acordo com as normas estabelecidas pelo gestor;

qq) Disponibilizar ensino integrado a assistência, oferecendo formação e qualificação aos profissionais de acordo com as necessidades de saúde e as políticas prioritárias do SUS, visando o trabalho multiprofissional, as práticas de ensino baseadas no cuidado integral e resolutivo ao usuário, sendo campo de educação permanente para os profissionais da Rede de Atenção à Saúde (RAS), e realizar atividade de pesquisa e de gestão de tecnologias em saúde de acordo com as necessidades regionais e política de saúde instituída.

rr) Apresentar prestação de contas do desempenho financeiro sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, para comprovação dos recursos destinados ao prestador;

ss) Promover a oferta de vagas para estágio de graduação e pós-graduação, especialmente em residências nas especialidades prioritárias para o SUS;

tt) **DA RESPONSABILIDADE CIVIL:** O CONTRATADO será responsável por todos os danos causados aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros quando da execução dos serviços objeto deste contrato, que decorram de ação ou omissão, negligência ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais autônomos ou prepostos, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

17.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do contratante:

a) Definir as ações e serviços a serem contratados de acordo com o perfil assistencial do hospital;

b) Financiar de forma tripartite as ações e serviços de saúde contratualizados;

c) Gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

d) Implementar protocolos para regulação do acesso da Rede de Atenção à Saúde (RAS) regular as ações e serviços de saúde contratualizados;

e) Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Serviço, através de Portaria publicada, após a formalização da contratualização, sendo indicados pelos três segmentos que farão a composição da referida Comissão. A mesma deverá reunir-se mensalmente para monitorar e avaliar as metas e indicadores de desempenho do Documento Descritivo. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- 02 Representantes do Gestor Municipal;
- 02 Representantes do Hospital;
- 01 Representante do Conselho Municipal de Saúde.

f) Controlar, avaliar, regular e auditar as ações e serviços de saúde contratualizados, na forma de:

- Dispositivos e autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar;
- Monitoramento da produção de acordo com o previsto neste contrato;
- Desenvolver relatório dos indicadores quali-quantitativos;
- Investigar denúncias de qualquer ação e de cobrança indevida dos serviços de saúde contratualizados;
- Alimentar e processar os dados dos sistemas:
 - Cadastrado Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
 - Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS);
 - Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS).
- Monitoramento mensal da execução orçamentária.

g) Promover a integração das práticas de ensino-serviço a realidade da RAS;

h) Realizar o pagamento conforme as metas pactuadas e aferidas;

18. DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

18.1. O contrato deve contar com uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, composta por membros dos CONTRATANTES, na figura da Secretaria Municipal de Saúde, do CONTRATADO, e do Conselho Municipal de Saúde. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- 02 Representantes do Gestor Municipal;
- 02 Representantes do Hospital;
- 01 Representante do Conselho Municipal de Saúde.

18.2. As atribuições desta comissão serão de acompanhar a execução do presente contrato, principalmente no que trata de seus custos, cumprimento das metas estabelecidas no Documento descritivo e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

18.3. A comissão de Acompanhamento e Avaliação deve ser criada pelo CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

18.4. O CONTRATADO fica obrigado a fornecer à Comissão todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

18.5. O cronograma de avaliação a ser realizado a cada 60 (sessenta) dias, preferencialmente.

18.6. A Comissão emitirá relatório de avaliação assinado por todos os membros e entregará cópia ao Departamento de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-DV). Sendo uma cópia arquivada juntamente a nota de empenho da SMS-DV e outra cópia encaminhada ao prestador;

18.7. A qualquer momento da vigência deste contrato os representantes dos CONTRATANTES ou da comissão poderão visitar as instalações do CONTRATADO para verificar condições de higiene, rotina de atendimento e quaisquer outros fatores que influenciem no fornecimento dos produtos/serviços, para fins de avaliar se estão sendo observadas as normas e regulamentos pertinentes.

18.8. A Comissão utilizará de relatórios fornecidos pelo Gestor Municipal, oriundos do banco de dados do DATASUS, auditoria, sistema próprio da SMS-DV, Vigilância Sanitária (VISA), relatórios internos do prestador, e demanda oriundas do controle social para mensurar o desempenho no período avaliado do Hospital;

18.9. A existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias da regulação e auditoria, bem como do fiscal e gestor do contrato que serão sistematicamente desenvolvidas e realizadas, bem como o acompanhamento conforme IN 001/2018.

19. DA VIGÊNCIA

19.1. Conforme Lei Municipal 2366/2019 em seu art. 3º O chamamento público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

19.2. O prazo de execução e vigência do contrato será contado da competência/mês de assinatura do contrato, até o dia 5 de abril de 2022, para fins de registro junto ao Ministério da Saúde.

20. DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

20.1. A Secretaria Municipal de Saúde juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas. Todas as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

21. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os valores financeiros totalizam mensalmente R\$ 907.935,42 (novecentos e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais, quarenta e dois centavos) e anualmente R\$ 10.895.225,04 (dez milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e quatro centavos), condicionado as metas quali-quantitativas e dividido em pré e pós-fixado, conforme estabelece Portaria nº 3410/2013, de acordo com programação pactuada.

21.2. Os valores mencionados englobam a totalidade dos valores financeiros do presente Chamamento, porém poderão ser alterados conforme credenciamento, haja vista a possibilidade de mais de um prestador atender aos requisitos.

21.3. O valor do componente pré-fixado é composto pela série histórica de produção mensal dos 12 (doze) meses anteriores à celebração do contrato da média complexidade, bem como incentivos de fonte federal, estadual, e municipal, vinculadas ao alcance das metas, conforme discriminação abaixo:

- **60% (sessenta por cento)**, vinculado ao cumprimento das **metas qualitativas**; conforme análise dos indicadores pela Comissão e após será repassado conforme percentual da **meta qualitativa** alcançada, conforme definido na tabela abaixo:

Percentual atingido x Valor financeiro		
Pontuação atingida	Faixa de desempenho	Valor Financeiro*
126-140	100%	
111-125	90%	
96-110	80%	
81-95	70%	
<80	60%	

* Poderá ser alterado conforme credenciamento.

- **40% (quarenta por cento)** do valor pré-fixado, será repassado **mensalmente** ao estabelecimento de acordo com o percentual de cumprimento das **metas quantitativas**. Sendo este percentual um comparativo entre a série histórica e a produção do prestador da média e alta complexidade, conforme as seguintes faixas:

- Cumprimento de 91 a $\geq 105\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 100% da referida parcela;
- Cumprimento de 81 a $\geq 90\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 90% da referida parcela;
- Cumprimento de 71 a $\geq 80\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 80% da referida parcela;
- Cumprimento de 61 a $\geq 70\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 70% da referida parcela;
- Cumprimento de 51 a $\geq 60\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 60% da referida parcela;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

f) Cumprimento menor ou igual a 50% das metas quantitativas pactuadas corresponderá ao repasse conforme produção hospitalar e redução em 50% dos demais incentivos;

g) O valor financeiro correspondente a cada percentual atingido na análise das metas quantitativas está descrito na tabela abaixo:

Percentual atingido x Valor financeiro		
Percentual atingido	Faixa de desempenho	Valor financeiro*
91% a ≥105%	100%	
81% a 90%	90%	
71% a 80%	80%	
61% a 70%	70%	
51% a 60%	60%	

* Poderá ser alterado conforme credenciamento.

21.4. Os percentuais indicados referem-se à distribuição dos recursos, do bloco pré-fixado, entre as metas qualitativas e quantitativas dispostas no Documento Descritivo e poderão ser alterados, desde que pactuados entre o ente federativo contratante e o hospital/contratado.

21.5. Conforme a distribuição disposta em 40% (quarenta por cento) para as metas quantitativas e 60% (sessenta por cento) condicionada ao cumprimento das metas qualitativas, serão aplicados descontos sobre os recursos previstos para cada segmento caso o CONTRATADO não consiga cumprir as metas previstas no Documento Descritivo.

21.6. Caso o contrato não atinja pelo menos 70% (setenta por cento) das metas pactuadas, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, passará a receber por meio do faturamento dos procedimentos realizados para o SUS por um período de no máximo 2 (dois) meses, período este definido como limite para a apresentação de um novo documento descritivo, pactuado entre o Gestor e o CONTRATADO.

21.7. O componente pós-fixado corresponde aos procedimentos custeados por meio de financiamento do FAEC – Fundo de Ações estratégicas e compensação e será repassado ao CONTRATADO posteriormente (pós-produção, aprovação, processamento e respectiva transferência financeiro ao FMS – fundo Municipal de Saúde – pelo FNS – Fundo Nacional de Saúde, de acordo com a produção mensal aprovada pelos CONTRATANTES, respeitando o limite contratual previsto.

21.8. Os recursos do presente contrato são provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, na dotação orçamentária e às dotações correspondentes aos exercícios subsequentes.

21.9. As despesas com a execução deste edital correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

03580	08.001.10.301.0007.2044	00000
03600	08.001.10.301.0007.2044	00494
03600	08.001.10.301.0007.2044	00494 EA
03610	08.001.10.301.0007.2044	00495
03610	08.001.10.301.0007.2044	00495 EA
03621	08.001.10.301.0007.2044	00496
03621	08.001.10.301.0007.2044	00496 EA

21.10. FONTES RECURSOS:

- a) SESA – Secretaria Estadual de Saúde via Fundo Municipal de Saúde, fonte 496;
- b) Recursos Livres.
- c) Média e Alta Complexidade – MAC 494.

22. DAS CONDIÇÕES DE PROCESSAMENTO E DO PAGAMENTO

22.1. O CONTRATADO apresentará, mensalmente, aos CONTRATANTES, a nota fiscal referente à prestação dos serviços, após o fechamento do faturamento realizados pela Secretaria de Saúde, nas condições abaixo descritas:

22.2. O prestador deverá disponibilizar semanalmente as contas ambulatoriais e hospitalares que serão conferidas pela Auditoria Médica Municipal, servindo como base para avaliação das metas quantitativas constantes no Documento Descritivo;

22.3. O prestador deverá encaminhar os arquivos de transferência SIHD (Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado) e SIA (Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS) até o 15º (décimo quinto dia) dia de cada mês a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. No caso de alteração no formato do processamento, o prestador deverá cumprir com as mesmas.

22.4. O pagamento somente será efetuado após o recebimento e aceitação por parte do(a) fiscal e gestor(a) do contrato da nota fiscal e seus anexos.

22.5. O prestador mediante sua regularidade com a Certidão Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), emitirá nota fiscal e encaminhará a mesma ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-DV), o qual terá 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento ao prestador.

22.6. Para o LOTE V, o pagamento para o CONTRATADO fica condicionado ao repasse de recurso efetivado pela SESA - Secretaria Estadual de Saúde, via Fundo Municipal de Saúde.

22.7. A Credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual varia entre R\$ 8,00 (oito reais) a R\$ 10,00 (dez reais) por operação.

22.8. Deverá constar na nota fiscal:

Número do Chamamento Público.

Número da Inexigibilidade.

Número do Contrato.

Número do Aditivo, se houver.

Recebimento de acordo com o Decreto 17137/2021.

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

23. DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE

23.1. Em caso de prorrogação do presente chamamento, o valor dos serviços será corrigido pela variação do IPCA.

23.2. O contrato poderá ser alterado/reajustado mediante a celebração de termo aditivo ou de apostilamento, que será devidamente publicado, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado.

Poderão ocorrer aditivos:

- a) Pelo aumento e/ou diminuição do teto de Média e Alta complexidade com base no motivo de acréscimo ou dedução;
- b) Pela ocorrência de nova habilitação;
- c) Por acréscimo de recursos, com aprovação em CIB-Regional, para a Rede de Atenção à Saúde;

23.3. O Documento Descritivo poderá ser revisto a qualquer época e as metas físicas poderão ser alterados desde que observada a alteração física e o respectivo correspondente financeiro, de maneira que haja recursos para custeio das alterações proposta.

24. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

24.1. Estando a empresa apta a contratação, o processo será encaminhado ao(a) advogado(a) do município, que verificará a regularidade do procedimento, visando a realização do processo de inexigibilidade de licitação, tomando-se por base o “caput” do artigo 25 da Lei de Licitações.

25. DO DESCREDENCIAMENTO

25.1. A CONTRATANTE poderá descredenciar a credenciada conforme os motivos seguintes:

25.1.1. O não cumprimento de cláusulas do chamamento, especificações ou prazos;

25.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

25.1.3. A lentidão no seu cumprimento;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

25.1.4. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

25.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro, do Artigo 67 da Lei 8.666/93;

25.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

25.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto.

25.2. O descredenciamento da proponente poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

25.3. Em caso unilateral, obrigam-se às partes a providenciar aviso prévio, assegurado o prazo necessário à realização de novo credenciamento, devendo a CONTRATANTE comunicar o descredenciamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e a CONTRATADA comunicar o descredenciamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

26. RECURSOS

26.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de má execução do objeto, que deve ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante credenciada que deixar de assinar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

27.2. As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

27.3. A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

27.4. A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

27.5. Com fundamento no artigo 154 da lei estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

27.6. Caberá multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

27.7. Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

27.8. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

28. CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

28.1. Cabe as partes atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que:

28.2. O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado de Saúde - SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco. Em consequência desta política, o Banco define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

I. “Prática corrupta”, significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

II. “Prática fraudulenta”: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

III. “Prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

IV. “Prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

V. “Prática obstrutiva”: significa deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

- Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

- Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representante do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

- Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

- Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contras e registro, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução dos contratos, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

29. CASOS OMISSOS

29.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

29.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste chamamento, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do contrato, principalmente aos referentes do Documento Descritivo, cabendo recurso ao Conselho Municipal de Saúde.

30. DO CONTRATO

30.1. A(s) quantidade(s) poderá(ao) ser alterada(s) com a devida justificativa dentro dos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

30.2. O contrato a ser assinado obedecerá às cláusulas e condições do Edital, da minuta do contrato e demais anexos.

30.3. O CREDENCIADO deverá firmar o Contrato no prazo de até 3 (três) dias, contados da data da convocação.

30.4. Na hipótese do credenciado se recusar a assinar o Contrato, a Comissão de Licitação fará o descredenciamento e a Secretaria Municipal de Saúde repassará a(s) cota(s) dos serviços, que foi destinada ao referido contrato, para os demais credenciados.

30.5. O presente Edital, Especificações Técnicas e a Proposta da Licitante integrarão o Contrato independentemente de transcrição.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

31. DO DOCUMENTO DESCRITIVO

31.1. O Documento Descritivo, é parte integrante deste contrato e condição de sua eficácia, pode ser completado em conjunto com o CONTRATANTE, na figura da Secretaria Municipal de Saúde, e pelo CONTRATADO, em razão da possível distribuição dos serviços entre os credenciados, e deve conter:

- 1 – As ações e serviços objeto deste contrato;
- 2 – Estrutura tecnológica e a capacidade instalada do CONTRATADO;
- 3 – Detalhamento e quantificação das metas físicas do CONTRATADO, atendimentos ambulatoriais e cirúrgicos definidos no Edital e anexos;
- 4 – Detalhamento e quantificação das metas de qualidade, definidas no Edital e anexos;
- 5 – Instrumento de avaliação definidos no edital;

31.2. O Documento Descritivo deve ter validade de 12 (doze) meses, conforme prazo de execução do presente contrato, podendo ser revisto a qualquer tempo. Em caso de prorrogação contratual, a vigência do Documento Descritivo não deverá ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses.

32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas ao Município de Dois Vizinhos, no Departamento de Licitações, aos cuidados do(a) Presidente da Comissão de Licitações.

32.2. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

32.3. Poderá o Município revogar o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

32.4. O Município deverá anular o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

32.5. A anulação do procedimento de Credenciamento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

32.6. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde.

32.7. Decairá do direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o início a abertura dos envelopes de habilitação.

32.8. A publicação do resultado do credenciamento será no Diário Oficial do Município.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

32.9. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Planilha de Descrição e Valor dos Serviços;
Anexo II - Minuta do contrato de prestação de serviços;
Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;
Anexo IV – Declaração Unificada;
Anexo V – Carta de Credenciamento.

33. DO FORO

33.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

33.2. Todas e quaisquer alterações referentes a este edital estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.doisvizinhos.pr.gov.br.

33.3. O(a) Presidente da Comissão, mediante juízo de razoabilidade poderá interpretar as cláusulas constantes no presente edital de forma abrangente, objetivando escolher a proposta mais vantajosa à Administração, respeitando o Princípio da Competitividade, bem como o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o particular.

Dois Vizinhos, 5 de abril de 2021.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Natália Becchi Borcatto
Presidente



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE DESCRIÇÃO E VALORES DOS SERVIÇOS

Objeto: **CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS EM NÍVEL HOSPITALAR, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTOS, INTERNAÇÕES, CIRURGIAS E EXAMES COMPLEMENTARES EM URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E ELETIVOS PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, SENDO QUE O HOSPITAL DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPES DE MÉDICOS E PROFISSIONAIS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, PARA ESTAREM DE PLANTÃO QUANTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, VISANDO DIMINUIR A NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTOS DE PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPIOS.**

BLOCO I – QUALIFICAÇÃO DO ACESSO FRENTE ÀS REDES DE ATENÇÃO.

LOTE I – EQUIPE EMERGENCISTA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	<p>SUPLEMENTAÇÃO para qualificação do acesso em urgência/emergência, classificado como primeiro atendimento, com equipe emergencista.</p> <p>Com atendimento em urgência/emergência 24 horas/dia – 30 dias/mês, a população do município conforme Rede de Urgência e Emergência.</p> <p>Com profissional:</p> <p>Clínico Geral, atendimento 24 horas/dia</p> <p>Enfermeiro, atendimento 24 horas/dia</p> <p>Técnico de enfermagem, atendimento 24 horas/dia.</p> <p>Com oferta de Serviços de Apoio a Diagnose e Terapia necessários para a integralidade de atenção do paciente, em sobreaviso 24 horas/dia.</p> <p>O pronto atendimento, bem como todas as instalações e funcionalidades, deverá estar disponível a população do município 24 horas por dia de segunda a segunda independente de feriados e pontos facultativos.</p>	Dia	R\$ 10.717,15
LOTE II – ATENÇÃO ÀS GESTANTES			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	<p>SUPLEMENTAÇÃO de custeio para a qualificação do acesso, com foco na linha de cuidado materno/infantil, na prestação de serviço ambulatorial e hospitalar voltado a atenção a gestantes de risco habitual.</p>	Dia	R\$ 4.016,67



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Com atendimento em urgência/emergência 24 horas/dia – 30 dias/mês, a população própria. Com suporte nas especialidades: Pediatria – sobreaviso 24 horas e atendimento em enfermaria Obstetrícia - sobreaviso 24 horas e atendimento em enfermaria Anestesista – sobreaviso 24 horas e atendimento em enfermaria. Convocados conforme avaliação do médico clínico geral. Compreendendo avaliação, consulta médica e internamento e procedimentos necessários a assistência Pré-parto, parto e pós-parto e atendimento ao recém-nascido-RN até o momento da alta hospitalar.		
--	--	--

LOTE III – ATENDIMENTO HOSPITALAR URGÊNCIA/EMERGÊNCIA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	SUPLEMENTAÇÃO para atendimento Urgência/emergência: atendimento hospitalar a pacientes encaminhados via SAMU, bombeiros e afins, compreendendo avaliação e consulta médica, que inclua procedimentos médico-hospitalares, pequenas cirurgias ambulatoriais/suturas/drenagens, materiais, medicamentos, instalações físicas. Com atendimento presencial Clínico Geral, atendimento 24 horas/dia Enfermeiro, atendimento 24 horas/dia Técnico de enfermagem, atendimento 24 horas/dia. Com sobreaviso em: Cardiologia, ortopedia, oftalmologia, anestesiologia 24 horas/dia, convocados conforme avaliação do clínico geral. O pronto atendimento, bem como todas as instalações e funcionalidades, deverá estar disponível a população do município 24 horas por dia de segunda a segunda independente de feriados e pontos facultativos.	Dia	R\$ 7.000,00

LOTE IV – ATENDIMENTO CIRURGICO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	SUPLEMENTAÇÃO ao atendimento hospitalar em Centro Cirúrgico, para cirurgias de urgências nas especialidades de ortopedia, pediatria, ginecologia, cirurgia geral, sendo acompanhadas por anestesiológista, todos os profissionais devem estar de sobreaviso 24 horas/dia, e serão convocados mediante avaliação do médico clínico geral	Dia	R\$ 4.864,03



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

	plantonista. Os atendimentos, bem como todas as instalações, deverão estar disponíveis a população do município 24 horas por dia de segunda a segunda independente de feriados e pontos facultativos.		
--	---	--	--

BLOCO II - APOIO E QUALIFICAÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DAS PORTAS DE ENTRADA DA REDE PARANÁ URGÊNCIA.

LOTE V – ESTRUTURAÇÃO DAS PORTAS DE ENTRADA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	Custeio para estratégia de estruturação das portas de entrada da rede Paraná Urgência, visando o Apoio a Qualificação a Municípios de Gestão Ampliada como Referência Microrregional do Sistema Único de Saúde do Paraná, conforme Resolução SESA Nº 094/2021 vigente.	Mês	R\$ 110.000,00

DOCUMENTO DESCRITIVO

O presente Documento Descritivo foi elaborado em conjunto entre a Secretaria Municipal de Saúde e o CONTRATANTE, tendo por objetivo, de acordo com o preconizado na Lei 8080/1990, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, 2, 3, 5 e 6/2017, instrumentalizar a implementação do processo de reestruturação da Política Nacional de Atenção à Saúde e que dispõe sobre a explicitação de cláusulas necessárias nos contratos de prestação de serviços, permitindo o aprimoramento da atualização do CONTRATO no Sistema Único de Saúde (SUS).

Trata-se da instrumentalização por meio das normativas sobre a forma e mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades de atenção e de gestão do serviço prestados, objetiva aperfeiçoar a articulação entre o contratado e a Rede Municipal de Saúde.

FLUXOS DE ACESSO E ATENDIMENTO

Atendimento de urgência e emergência: o CONTRATADO deve atender os pacientes provenientes de sua porta aberta de pronto-socorro clínico/cirúrgico e os provenientes das regulações d Central de Leitos especializados/SAMU.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES PACTUADAS

LOTE I – EQUIPE EMERGENCISTA

Garantir o acesso dos pacientes referenciados, compreendendo o primeiro atendimento;

LOTE II – ATENÇÃO ÀS GESTANTES

Garantir o acesso da gestante aos serviços, atendendo com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;

O prestador será referência para as gestantes de risco habitual. No caso de intercorrências e mudança do risco durante o atendimento obstétrico, o Hospital



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

referenciará as mesmas para o Hospital Regional do Sudoeste, responsável pelo atendimento do risco intermediário e alto risco;

Observar e seguir os protocolos clínicos reconhecido como padrão para a Rede Materno Infantil editado pelo Ministério da Saúde;

Responsabilizar-se em manter profissionais de Obstetrícia e anestesiologia para garantia a qualificação do parto;

Fornecer a SMS documentos e informações necessárias quando solicitado;

Garantir o direito de acompanhante de livre escolha pela gestante e em tempo integral no pré-parto, parto e pós-parto;

Garantir vinculação do parto na Rede Materno Infantil das gestantes do Sistema Único de Saúde, para os procedimentos, conforme SIGTAP:

- Procedimento 03.10.01.003-9 – Parto Normal;
- Procedimento 04.11.01.003-4 – Parto cesariano;

Realizar triagem neonatal (teste do pezinho, orelhinha, olhinho e coraçãozinho);

Estratificar o risco do recém-nascido, conforme linha guia da Rede Materno Infantil e encaminhar para seguimento de acordo com o risco identificado;

LOTE III – ATENDIMENTO HOSPITALAR URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

Garantir o acesso aos casos regulados pelo SAMU, compreendendo o primeiro atendimento, pelo clínico geral e dependendo cada caso convoca o sobreaviso na especialidade específica sendo em cardiologia, ortopedia, oftalmologia, anestesiologia;

LOTE IV – ATENDIMENTO CIRURGICO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

Atendimento cirúrgico nos casos avaliados pelo primeiro atendimento que necessitem de intervenção cirúrgica, dentro do quadro de especialidades disponíveis no estabelecimento;

LOTE V – ESTRUTURAÇÃO DAS PORTAS DE ENTRADA

Atender as normas e diretrizes definidas pela Portaria de Estruturação das Portas de Entrada em Urgência e Emergência.

ESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E RECURSOS HUMANOS

Estrutura hospitalar, equipamentos e funcionários será baseada em documento extraído do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

**RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO E PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS
 PRIORITÁRIAS DO SUS**

EIXO DA ASSISTÊNCIA

1.1 Manter dedicação ao SUS com leitos para internação suficientes à demanda, utilizando suas instalações, equipamentos, insumos e profissionais qualificados, zelando pela qualidade e resolutividade da assistência;

1.2 Como referência em urgência/emergência municipal não recusará os atendimentos em clínica médica, nas especialidades de ginecologia obstetrícia, cirurgia geral, pediatria clínica, ortopedia, conforme contratualização, sob alegação de inexistência de leitos vagos. Nestes casos deverá acomodar o usuário em instalações de nível igual ou superior ao SUS, até existência da vaga disponível nos leitos contratados;

1.3 Manter o serviço de pronto socorro funcionando 24 (vinte e quatro) horas/dia, ininterrupto, inclusive feriados, com plantonista médico e equipe de enfermagem e profissionais de retaguarda em sistema de sobre aviso.

1.4 Integrar-se aos Sistemas de Regulação do SUS, SAMU, Corpo de Bombeiros e outros que possam ser implantados pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, previamente acordado com o hospital, garantindo o cesso aos serviços pactuados e contratados;

1.5 Elaborar projetos de humanização, implementando ações previstas na Portaria GM/MS nº 519/2012, que estabelece o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), contribuindo para a qualificação do cuidado em saúde:

- Implantar os Núcleos de Segurança do Paciente;
- Implantar os Protocolos de Segurança do Paciente;
- Implementar as Classificações de Risco dos Pacientes do Pronto Socorro.
- Implantar Atendimento Humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização (PNH), visando:
 - Atendimento acolhedor e resolutivo;
 - Responsabilização da equipe/trabalhador pelo usuário desde sua chegada até sua saída;
 - Garantir atenção integral, resolutiva e responsável por meio da articulação das redes internas e externas dos serviços, para continuidade da assistência quando necessário;
 - Respeitar os direitos dos usuários, familiares e acompanhantes, viabilizando o acesso à equipe assistencial quando solicitado.

1.6 Assegurar a alta responsável conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Hospitalar, Portaria nº 3390/2013, com a contrarreferência para as Unidades de Saúde, com relatório detalhado sobre a propedêutica, terapêutica, procedimentos realizados e orientações necessárias para o seu adequado acompanhamento, mantendo cópia em prontuário médico. Pacientes com sequelas neurológicas e/ou acamados será necessário emitir Plano de Cuidados para acompanhamento e assistência domiciliar, com intuito de garantir a continuidade do cuidado. Aos usuários que necessitarem de material de reabilitação, órteses e equipamentos (aspirador, cama, ventilador...) o prestador deverá entrar em contato com a SMS para a programação da alta;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- 1.7 Garantir acesso de visitas diárias aos usuários internados, determinando o tempo de duração e número de visitantes;
- 1.8 Aos usuários internados com mais de 60 (sessenta) anos, adolescentes até 18 (dezoito) anos, gestantes e pessoas com deficiência, deverá garantir a presença de acompanhante 24 (vinte e quatro) horas/dia, adequando a estrutura para a acomodação deste acompanhante;
- 1.9 Disponibilizar acesso aos prontuários a SMS para fins de Auditoria analítica, e também aos usuários e pais ou responsáveis de menores de acordo com o Código de Ética Médica;
- 1.10 Disponibilizar informações sobre as intervenções, solicitando o usuário Consentimento Livre e Esclarecimento para a realização de procedimentos terapêuticos e diagnósticos, de acordo com as legislações vigentes e manter em anexo ao prontuário médico;
- 1.11 Notificar doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória, conforme orientações da Portaria 104/2011 e outras que possam vir a substituir;
- 1.12 Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;
- 1.13 Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos válidos;
- 1.14 Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas a otimização da utilização;
- 1.15 Garantir a igualdade de acesso e qualidade de atendimento aos usuários nas ações e serviços contratualizados em caso de oferta simultânea com financiamento privado;
- 1.16 Prescrever prioritariamente medicações que se encontram no rol de medicamentos fornecidos pelo SUS, quando da alta hospitalar;

EIXO GESTÃO

- 1.17 Manter o cadastro dos profissionais, equipamentos e serviços atualizados junto ao CNES;
- 1.18 Permitir o acesso do Conselho Municipal de Saúde, através de seus representantes para entendimento do funcionamento e fiscalização, desde que comunicado com antecedência para a programação da visita;
- 1.19 Dispor de serviço de Ouvidoria conforme Resolução SESA nº 443/2013;
- 1.20 Informar aos trabalhadores os compromissos e metas da contratualização, incentivando o seu cumprimento;
- 1.21 Garantir o funcionamento permanente e integral das comissões:
- Comissão de controle de infecção hospitalar;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- Comissão de ética média;
- Comissão de revisão de prontuários e análise de óbitos;

1.22 Alimentar regularmente os sistemas de informações do Ministério da Saúde, incluindo o CNES, o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) na modalidade Boletim de Produção Ambulatorial Individualizada (BPA-I) e Consolidada (BPA-C), Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Sistema de Comunicação de Informação Ambulatorial e Hospitalar (CIHA) e outros sistemas que venham a ser implementados no âmbito do SUS em substituição ou complementaridade;

1.23 Garantir a gratuidade das ações e serviços de saúde contratualizados aos usuários do SUS;

1.24 Dispor de recursos humanos adequados e suficientes, bem como de estrutura física e equipamentos adequados ao perfil assistencial;

1.25 Participar da Comissão de Acompanhamento de Contratualização;

1.26 Assegurar o desenvolvimento de educação permanente para seus trabalhadores;

1.27 Informar ao Gestor em tempo hábil, eventuais desativações temporárias de leitos, com especificação do motivo e planos alternativos para garantia da assistência;

1.28 Manter anexo ao prontuário do paciente a guia de referência de urgência/emergência, comprovando a porta de entrada SUS do usuário;

1.29 Manter fluxo e encaminhar a Vigilância Sanitária (VISA):

- Notificação compulsória;
- Boletim mensal de controle de infecção hospitalar;
- Boletim de taxa de mortalidade geral, infantil, neonatal e pós-neonatal;
- Notificação das altas de menores de um ano de pacientes do SUS;
- Boletim de taxa de mortalidade hospitalar de acordo com as legislações específicas;
- Notificação de tentativa de suicídio;
- Relatório de notificação de acidentes de trânsito e relatório de acidentes de trabalho;

1.30 Manter fluxo de notificação de potenciais doadores de órgãos;

1.31 Manter licença sanitária ou documento equivalente;

1.32 Disponibilizar à SMS até do 25º dia do mês, escala médica do mês subsequente;

1.33 Disponibilizar semanalmente as contas ambulatoriais e hospitalares para análise da auditoria médica, onde após conferência a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos iniciará o processo de faturamento.

EIXO ENSINO E PESQUISA

1.34 Compete ao hospital disponibilizar aos profissionais:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- Ensino integrado a assistência;
- Oferecer formação e qualificação de acordo com as necessidades de saúde e as políticas prioritárias do SUS, visando o trabalho multiprofissional;
- Garantir práticas de ensino baseadas no cuidado integral e resolutivo do usuário;

EIXO DE AVALIAÇÃO

- 1.35 Acompanhar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e Eficiência na qualidade dos serviços;
- 1.36 Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos vigentes neste Documento Descritivo;
- 1.37 Avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes por meio de registros;
- 1.38 Participar do processo de avaliação estabelecido pelos gestores do SUS;
- 1.39 Realizar auditoria clínica para monitoramento da qualidade da assistência e do controle de riscos;
- 1.40 Monitorar a execução orçamentária e zelar pela adequada utilização de recursos financeiros previstos neste instrumento formal de contratualização;
- 1.41 Monitorar os seguintes indicadores gerais:
 - Taxa de ocupação de leitos;
 - Tempo médio de permanência para leitos e clínica médica e cirúrgica;
 - Taxa de mortalidade institucional;

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades e indicadores de avaliação da gestão serão monitoradas pela Comissão de acompanhamento e avaliação do Contrato, por meio de visitas no papel do Médico Auditor *in loco* e dos instrumentos de avaliação, do Gestor.

As metas e indicadores serão analisadas mensalmente pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato.

Para acompanhamento do desempenho do CONTRATADO, devem ser observados os seguintes documentos e relatórios:

- I – Prontuários médicos dos pacientes;
- II – Espelhos de Laudo de solicitação de Internamento/AIH;
- III – Relatórios do SIHD;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

IV – Relatórios do SIA;

V – Resumo de Faturamento hospitalar por hospital;

VI – Relatórios Datasus;

VII – Relatório da Auditoria, após visita *in loco*;

VIII – Relatório da Auditoria Operativa para avaliação das metas e indicadores qualitativos e quantitativos;

IX – Formulários e documentos próprios do CONTRATADO, como atas, relatórios de ouvidoria, pesquisas de satisfação, dentre outros identificados como necessários para aferição da qualidade dos serviços prestados pelo Hospital.

Para avaliação mensal de produção do contrato, serão consideradas as informações dos sistemas nacionais (MS/DATASUS/TABWIN).

A respeito da auditoria operativa, destaca-se que semanalmente representantes da Auditoria Municipal realizam visita técnica *in loco* no hospital, a fim de verificar o cumprimento do estabelecido no Contrato e Documento Descritivo. Os representantes da Auditoria Municipal emitirão relatório mensal, que deve ser utilizado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação para validação dos dados apresentados.

AVALIAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

As metas quantitativas serão acompanhadas mensalmente para fins de pagamento. As Metas qualitativas serão avaliadas mensalmente, com elaboração de relatório pela Comissão de Acompanhamento.

METAS QUANTITATIVAS

São as metas que podem ser quantificáveis por meio de números e informações apresentadas pelo prestador por meio da produção de serviços. A produção será regulada, auditada e avaliada pela Auditoria Municipal e pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização, de acordo com os indicadores de metas ambulatoriais e hospitalares descritos abaixo:

Ambulatoriais	Quantidade
Atendimentos (030101, 030104, 030106 e 030110)	
Exames laboratoriais (020201, 020202, 020203, 020205, 020206, 020208, 020209 e 020212)	
Radiografias (020401, 020402, 020403, 020404, 020405, e 020406)	
Ultrassonografias (020501 e 020502)	
Tomografia (020601, 020602 e 020603)	
Hospitalar	Quantidade
Internações clínicas	



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Cirurgias urgência/emergência	
Parto Normal	
Parto cesariano	

I - É responsabilidade do Hospital realizar os exames e todos os procedimentos autogerados em sua estrutura necessários para o atendimento integral e resolutivo do usuário, em conformidade com a Tabela SUS de procedimentos, de acordo com as metas pactuadas e compromissos assumidos em habilitações e complexidade específicas;

II – Garantir, de acordo com a pactuação, o atendimento integral ao paciente e o cumprimento das metas quantitativas;

III – Responsabilizar-se pela guarda dos laudos autorizados;

IV – O hospital não será penalizado, caso esteja atendendo acima de sua capacidade contratualizadas pois trata-se de instituição de saúde porta aberta sujeito a variação de demanda;

METAS QUALITATIVAS

A avaliação das metas qualitativas refere-se ao que não é mensurável, referem-se à qualidade dos atendimentos prestados.

Item	Meta	Indicador	Pontuação (máxima)	Mês analisado		
				1º	2º	3º
ASSISTÊNCIA						
1	Manter a dedicação ao SUS com leitos para internação suficientes à demanda	Relatório do quantitativo de pacientes internados SUS, em relação a todos os internamentos realizados no hospital.	5			
2	Manter o Pronto Socorro funcionando 24h/dia, com plantonista médico presencial.	Verificação <i>in loco</i> do funcionamento pela Auditoria.	5			
3	Manter em regime de plantão/sobre aviso as especialidades conforme contratualização.	Apresentação das escalas médicas até 25ª dia do mês, referente ao mês subsequente com verificação pela Auditoria;	5			
4	Comissões ativas: - Comissão de humanização; - Comissão do núcleo de segurança do paciente; - Comissão de controle de infecção hospitalar;	Apresentar ata de cada comissão da última reunião realizada com validade progressiva de 6 meses.	5			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	- Comissão de ética médica; - Comissão de revisão de prontuários e de análise de óbitos;				
5	Assegurar a alta responsável conforme contratualização.	- Ausência de queixas pelos sistemas de ouvidoria; - Verificação pela Auditoria.	5		
6	Assegurar a presença de acompanhantes conforme contratualizado. Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza. Garantir a gratuidade dos serviços e ações de saúde aos usuários SUS.	Declaração do Diretor do Hospital comprometendo-se a cumprir essas responsabilidades.	5		
7	Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos validados.	Apresentar cópia atualizada dos protocolos, com validade progressiva de 1 ano.	5		
8	Atualização no CNES, de toda equipe médica, de enfermagem, multidisciplinar, de apoio diagnóstico e assistencial.	Declaração do diretor do hospital atentando a manutenção da equipe e solicitando atualização das informações periodicamente.	5		
9	Acesso do Conselho Municipal de Saúde conforme contratualizado.	Ausência de formalização do conselho sobre dificuldades de acesso no prestador.	5		
10	Ouvidoria	Dispor de ouvidoria com informação visível do contato, com verificação <i>in loco</i> pela Auditoria.	5		
11	Taxa de satisfação dos usuários internados.	Conferência por meio dos relatórios de pesquisa de satisfação realizados pelo Hospital.	5		
12	Informar os trabalhadores os compromissos e metas pactuados.	Declaração de ciência assinada por todos os profissionais conforme cadastro no CNES e pelo diretor geral.	5		



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

13	Divulgar em local visível e de fácil acesso a informações que o estabelecimento é integrante do SUS.	Verificação <i>in loco</i> pela Auditoria.	5			
GESTÃO						
14	Disponibilizar as contas ambulatoriais e hospitalares e o arquivo para Auditoria tendo como prazo máximo o 15º (décimo quinto dia) dia do mês.	Verificação pela Auditoria.	5			
15	Alimentar os sistemas de informação o Ministério da Saúde conforme contratualizado.	Ausência de queixa formalizada ao setor de Auditoria da SMS.	5			
16	Desenvolver ações de educação continuada para os trabalhadores do hospital.	Relatório do hospital/ lista de presença com validade progressiva de 3 meses.	5			
17	Informar ao gestor do SUS as eventuais desativações de leitos, equipamentos e assistência com especificação do motivo e apresentação de plano alternativo para assistência, bem como previsão do retorno à normalidade.	Encaminhar ofício em tempo real com a especificação da intercorrência e plano alternativo para assistência.	5			
18	Manter em anexo ao prontuário do paciente a guia de referência de urgência/emergência comprovando a porta de Entrada SUS.	Verificação pela Auditoria.	5			
19	Realizar acolhimento e classificação de risco, de acordo com políticas ministeriais. Mantê-las anexadas as fichas de atendimento ambulatorial e de	Manter em local visível aos usuários, placa contendo informações sobre a classificação de risco, com cores e tempo de espera; Apresentar classificação de risco anexada as fichas de atendimento;	5			



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

	internação em Pronto Atendimento.	Verificação pela Auditoria.				
20	Preencher notificações compulsórias de doenças e agravos através do SINAN e sobre mortalidade no SIM.	Ausência de queixa formalizada pelo Departamento de Vigilância em saúde.	5			
21	Apresentar licença sanitária ou documento equivalente.	Apresentar cópia atualizada de licença sanitária ou documento equivalente.	5			
INDICADORES DE ENSINO E PESQUISA						
22	Garantir formação e qualificação dos profissionais conforme políticas prioritárias no SUS, garantindo práticas baseadas no cuidado integral e resolutivo.	Relatório e lista de presença de capacitação com validade progressiva de 6 meses.	5			
INDICADORES DE AVALIAÇÃO						
23	Taxa geral de ocupação hospitalar Total de pacientes-dia, no período $\frac{\quad}{\quad} \times 100$ Total de leitos-dia, no período	Apresentar relatório.	5			
24	Tempo médio de permanência geral Nº de pacientes/dia no período $\frac{\quad}{\quad} \times 100$ Nº de saúde no período. Fonte: Agencia nacional de saúde suplementar (ANS)	Apresentar relatório	5			
25	Tempo médio permanência leitos clínica médica Total de pacientes dia, em leitos de clínica médica, no período $\frac{\quad}{\quad}$ Total de saídas dos leitos de clínica médica, no mesmo período	Apresentar relatório.	5			



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

26	Tempo médio permanência leitos cirúrgicos Total de pacientes-dia, nos leitos cirúrgicos, no período <hr/> Total de saída dos leitos cirúrgicos no mesmo período.	Apresentar relatório.	5			
27	Taxa de mortalidade institucional Total de óbitos ocorridos em pacientes ≥ 24 horas de admissão, no período $\times 100$ Total de saúde hospitalar, no mesmo período.	Apresentar relatório.	5			
28	Incidência de infecção por CVC	Apresentar relatório.	5			

O documento Descritivo será avaliado para efeito de pagamento segundo o cumprimento de metas e pontuações, de acordo com os critérios pactuados a seguir:

A) O valor do total dos recursos correspondentes do componente pré-fixado, serão distribuídos da seguinte forma:

- 40% (quarenta por cento) condicionado ao cumprimento das metas quantitativas;
- 60% (sessenta por cento) condicionado ao cumprimento das metas qualitativas;

B) Os percentuais indicados referem-se à distribuição do valor do componente pré-fixado entre metas qualitativas e quantitativas dispostas no Documento descritivo e poderão ser alterados, desde que pactuados entre o ente federativo contratante e o hospital/contratado e respeitando o limite mínimo de 40% (quarenta por cento) para uma das metas;

C) Desta forma o CONTRATADO receberá a totalidade dos recursos condizentes às metas quantitativas se obtiver a integralidade da pontuação, e, da mesma forma, será repassado o total dos recursos vinculados as metas qualitativas em caso de cumprimento integral das metas respectivas. E, na condição do CONTRATADO não alcançar a pontuação para repasse integral, para ambas as divisões de metas, serão aplicados descontos proporcionais para repasses dos recursos pré-fixados;

D) Caso o contrato não atinja pelo menos 70% (setenta por cento) das metas pactuadas, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, passará a receber por meio do faturamento dos procedimentos realizados para o SUS por um período



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

de no máximo 2 (dois) meses, período este definido como limite para a apresentação de um novo documento descritivo, pactuado entre o Gestor e o CONTRATADO.

E) A aferição do desempenho do CONTRATADO será realizada mensalmente pela equipe técnica da Secretaria de Saúde através de análise da produção, metas e indicadores de desempenho efetivamente identificados, utilizando-se dos dados das fontes já mencionadas, com a finalidade de autorizar o repasse financeiro (integral ou proporcional) dos recursos vinculados ao cumprimento das metas quantitativas e qualitativas. A aferição do desempenho do CONTRATADO é validada pela comissão de Acompanhamento do Contrato que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos indicadores pactuados neste documento Descritivo, com reuniões realizadas mensalmente, bem como a atribuição de validas as autorizações e concessões dos descontos proporcionais atrelados a prestação dos serviços.

F) No primeiro mês de vigência do Documento Descritivo do Contrato, o valor correspondente ao bloco pré-fixado será repassado integralmente, e, partir do segundo mês de execução deste Documento será considerado o desempenho alcançado pelo CONTRATADO, em suas metas quantitativas e qualitativas referente a competência anterior.

G) As obrigações do CONTRATADO são consideradas itens primordiais e devem ser cumpridos independente da aplicação de pontuação e serão monitorados se foram (ou não) alcançados.

H) Após análise da documentação e estabelecimento do resultado da avaliação de desempenho do CONTRATADO, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação deve reunir-se para apresentação e validação das prestações dos serviços em determinado período resultando no percentual atingido pelo CONTRATADO, com registro em ata e assinatura dos integrantes.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Natália Becchi Borçatto
Presidente



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO Nº. ____/2021

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS E A
ENTIDADE.....**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o **CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS EM NÍVEL HOSPITALAR, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTOS, INTERNAÇÕES, CIRURGIAS E EXAMES COMPLEMENTARES EM URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E ELETIVOS PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO SUS DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, SENDO QUE O HOSPITAL DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPES DE MÉDICOS E PROFISSIONAIS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, PARA ESTAREM DE PLANTÃO QUANTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, VISANDO DIMINUIR A NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTOS DE PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPIOS.**

Parágrafo Primeiro

A prestação dos serviços hospitalares dar-se-á de acordo com os serviços definidos em credenciamentos específicos.

Parágrafo Segundo

O Documento Descritivo é parte integrante deste instrumento e será suficiente para o perfeito entendimento das condições aqui estabelecidas, prevalecendo o interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Para a execução adequada do objeto do contrato, ficam estabelecidos obrigações comuns às partes:

- 1º - Elaboração de protocolos técnicos para as ações de assistência à saúde;
- 2º - Elaboração do Documento Descritivo;
- 3º - Educação permanente de recursos humanos;
- 4º - Participar ativamente na implementação de ações para melhoria da rede de assistência à saúde;
- 5º - Educação e participação do controle social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Ficam estabelecidos encargos específicos do CONTRATO, os seguintes:



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Primeiro

Zelar pela qualidade e resolutividade da assistência;

Parágrafo Segundo

Garantir a igualdade de acesso e assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;

Parágrafo Terceiro

Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços de média e alta complexidade com cumprimento de metas, definidas no Documento Descritivo;

Parágrafo Quarto

Disponibilizar aos usuários atendidos, medicamentos, materiais e serviços de Apoio a Diagnose e Terapia (SADT) de Média Complexidade visando garantir a integralidade do atendimento;

Parágrafo Quinto

Monitorar os seguintes indicadores:

- Taxa de ocupação de leitos;
- Tempo médio de permanência para leitos e clínica médica e cirúrgica;
- Taxa de mortalidade institucional;

Parágrafo Sexto

Manter os serviços de Urgência/Emergência em funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas/dia, durante todo o mês;

Parágrafo Sétimo

Garantir o atendimento quando regulado pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), a VAGA ZERO, até a obtenção de leitos disponível dentro da rede SUS;

Parágrafo Oitavo

Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas na otimização da utilização;

Parágrafo Nono

Assegurar a alta hospitalar responsável e seguro ao paciente e à família, em conformidade com o Programa de Atenção Domiciliar;

Parágrafo Décimo Primeiro

Implantar e manter o Programa Nacional de Segurança do Paciente;

Parágrafo Décimo Segundo

Implantar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos;

Parágrafo Décimo Terceiro

Implantar e manter o atendimento conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), incluindo a visita ampliada para os usuários internados e a garantia de acompanhantes para os casos normatizados pelo SUS;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Décimo Quarto

Disponibilizar o acesso dos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários e pais ou responsáveis de menores, de acordo com o Código de Ética Médica, assim como nas suas dependências arquivo de prontuários pelo período mínimo de 20(vinte) anos, contados do último atendimento, observado o seguinte:

- Local exclusivo para arquivamento de prontuários;
- Sistema arquivamento que permita a localização de qualquer prontuário solicitado, com possibilidade de resgate de prontuários pelo nome do paciente;
- O prontuário deverá ser único e conter:
 - a) Folhas datadas, arquivadas de forma sequência e identificadas com o nome do paciente;
 - b) Registro de todos os atendimentos com assinatura e carimbo dos profissionais;
 - c) Anotações legíveis;
 - d) Anamnese, exame físico, evolução clínica, prescrição, resumo e/ou diagnóstico de alta;
 - e) Proteção de confidencialidade dos pacientes e dos registros da equipe.

Parágrafo Décimo Quinto

Realizar todas as notificações compulsórias classificadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e suspeitas de violência e negligência, de acordo com as legislações específicas;

Parágrafo Décimo Sexto

Disponibilizar informações sobre as intervenções clínicas e cirúrgicas, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização de procedimento terapêuticos e diagnósticos, conforme legislações específicas;

Parágrafo Décimo Sétimo

Disponibilizar para caso de falta de leitos de enfermaria, em situações de urgência e emergência, acomodações adequadas aos usuários até que seja disponibilizado leito;

Parágrafo Décimo Oitavo

Informar a todas as equipes integrantes do estabelecimento e prestadores do serviço, os compromissos e metas constantes no Documento Descritivo, implementando dispositivos para seu fiel cumprimento;

Parágrafo Décimo Nono

Disponibilizar de estrutura física e de recursos humanos e tecnológicos de forma a atender os serviços a serem contratualizados em conformidade com as legislações vigentes;

Parágrafo Vigésimo

Não cobrar e não permitir qualquer cobrança por parte de seus colaboradores aos usuários do SUS, tão pouco de acompanhante ou qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, responsabilizando-se por qualquer cobrança ilegal ao usuário do SUS;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Vigésimo Primeiro

Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas;

Parágrafo Vigésimo Segundo

Assegurar a educação permanente aos seus trabalhadores;

Parágrafo Vigésimo Terceiro

Participar da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Serviço;

Parágrafo Vigésimo Quarto

Participar dos mecanismos de regulação, incluindo o sistema de fluxo e contra fluxo, estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos;

Parágrafo Vigésimo Quinto

Permitir o acesso nas áreas de atendimento, desde que devidamente identificados, como também paramentados quando assim o ambiente exigir, aos membros do Conselho Municipal de Saúde e das Comissões de Acompanhamento, desde que comunicado com antecedência;

Parágrafo Vigésimo Sexto

Garantir a participação de representantes do hospital nos cursos de capacitação voltados para as Redes Assistenciais;

Parágrafo Vigésimo Sétimo

Conduta de prevenção de fraude e corrupção:

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480 de 30 de julho de 2020.

“Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Parágrafo Vigésimo Oitavo

Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários, em local visível e de fácil acesso;

Parágrafo Vigésimo Nono

Realizar auditoria interna para monitorar a assistência e o controle de riscos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;

Parágrafo Trigésimo

Avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes, com comprovação, conforme definido no Documento Descritivo;

Parágrafo Trigésimo Primeiro

Monitorar a execução orçamentária e zelar pela aplicação dos recursos financeiros disponibilizados, via contratualização;

Parágrafo Trigésimo Segundo

Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos estabelecidos no Documento Descritivo;

Parágrafo Trigésimo Terceiro

Dispor de Ouvidoria e/ou serviço de atendimento aos usuários, por canais que facilitem o acesso do usuário, tais como: telefone, e-mail, presencial;

Parágrafo Trigésimo Quarto

Alimentar e/ou disponibilizar dados para os Sistemas de Informações classificados como obrigatórios pela gestão municipal/estadual ou federal;

Parágrafo Trigésimo Quinto

Responsabilizar-se pela utilização de pessoal para execução do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Trigésimo Sexto

Permitir a fiscalização ou o acompanhamento da execução deste CONTRATO pelos órgãos competente do SUS e pela Municipalidade, não sendo excluída a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos das suas ações e ou legislação aplicável;

Parágrafo Trigésimo Sétimo

Responsabilizar-se pela indenização em caso de dano ao usuário, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos;

Parágrafo Trigésimo Oitavo

Realizar os atendimentos nas dependências do prestador, sendo vedado o encaminhamento aos consultórios privados;

Parágrafo Trigésimo Nono

Disponibilizar a totalidade de ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação do gestor;

Parágrafo Quadragésimo

Responsabilizar-se em preencher os laudos de autorização hospitalar de caráter eletivo com clareza e de forma legível, solicitando os procedimentos necessários verificados durante avaliação médica;

Parágrafo Quadragésimo Primeiro

Justificar-se à contratante, por escrito, quando alegar razões técnicas sobre a decisão de não realização de qualquer ato previsto em contrato, apresentando plano a ser desenvolvido para que não ocorra comprometimento no atendimento;

Parágrafo Quadragésimo Segundo

Responsabilizar-se em manter todas as informações pertinentes em prontuário médico conforme orientações do Ministério da Saúde, Portaria nº 1.820/2013 e Conselho Federal de Medicina, seguindo a mesma padronização ordenada em todos os prontuários, destinando-se ao registro dos cuidados que foram prestados aos usuários por todos os profissionais de saúde;

Parágrafo Quadragésimo Terceiro

Registrar e apresentar de forma regular e sistemático a produção das ações e serviços de saúde contratualizados, de acordo com as normas estabelecidas pelo gestor;

Parágrafo Quadragésimo Quarto

Disponibilizar ensino integrado a assistência, oferecendo formação e qualificação aos profissionais de acordo com as necessidades de saúde e as políticas prioritárias do SUS, visando o trabalho multiprofissional, as práticas de ensino baseadas no cuidado integral e resolutivo ao usuário, sendo campo de educação permanente para os profissionais da Rede de Atenção à Saúde (RAS), e realizar atividade de pesquisa e de gestão de tecnologias em saúde de acordo com as necessidades regionais e política de saúde instituída.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Parágrafo Quadragésimo Quinto

Apresentar prestação de contas do desempenho financeiro sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, para comprovação dos recursos destinados ao prestador;

Parágrafo Quadragésimo Sexto

Promover a oferta de vagas para estágio de graduação e pós-graduação, especialmente em residências nas especialidades prioritárias para o SUS;

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do contratante:

Parágrafo Primeiro

Definir as ações e serviços a serem contratados de acordo com o perfil assistencial do hospital;

Parágrafo Segundo

Financiar de forma tripartite as ações e serviços de saúde contratualizados;

Parágrafo Terceiro

Gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão;

Parágrafo Quarto

Implementar protocolos para regulação do acesso da Rede de Atenção à Saúde (RAS) regular as ações e serviços de saúde contratualizados;

Parágrafo Quinto

Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Serviço, através de Portaria publicada, após a formalização da contratualização, sendo indicados pelos três segmentos que farão a composição da referida Comissão. A mesma deverá reunir-se mensalmente para monitorar e avaliar as metas e indicadores de desempenho do Documento Descritivo. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- 02 Representantes do Gestor Municipal;
- 02 Representantes do Hospital;
- 01 Representante do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Sexto

Controlar, avaliar, regular e auditar as ações e serviços de saúde contratualizados, na forma de:

- Dispositivos e autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar;
- Monitoramento da produção de acordo com o previsto neste contrato;
- Desenvolver relatório dos indicadores quali-quantitativos;
- Investigar denúncias de qualquer ação e de cobrança indevida dos serviços de saúde contratualizados;
- Alimentar e processar os dados dos sistemas:
 - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS);
- Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS).
- Monitoramento mensal da execução orçamentária.

Parágrafo Sétimo

Promover a integração das práticas de ensino-serviço a realidade da RAS;

Parágrafo Oitavo

Realizar o pagamento conforme as metas pactuadas e aferidas;

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O CONTRATADO será responsável por todos os danos causados aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros quando da execução dos serviços objeto deste contrato, que decorram de ação ou omissão, negligência ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais autônomos ou prepostos, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

CLAUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores financeiros totalizam mensalmente R\$ xxxx e anualmente R\$ xxxx, condicionado as metas quali-quantitativas e dividido em pré e pós-fixado, conforme estabelece Portaria nº 3410/2013, de acordo com programação pactuada.

Parágrafo Primeiro

Os valores mencionados englobam a totalidade dos valores financeiros do presente Chamamento, porém poderão ser alterados conforme credenciamento, haja vista a possibilidade de mais de um prestador atender aos requisitos.

Parágrafo Segundo

O valor do componente pré-fixado mensal é de R\$ xxx, o valor pré-fixado é composto pela série histórica de produção mensal dos 12 (doze) meses anteriores a celebração do contrato da médica complexidade, bem como incentivos de fonte federal, estadual, e municipal, vinculadas ao alcance das metas, conforme discriminação abaixo:

- **60% (sessenta por cento)**, vinculado ao cumprimento das **metas qualitativas**; conforme análise dos indicadores pela Comissão e após será repassado conforme percentual da **meta qualitativa** alcançada, conforme definido na tabela abaixo:

Percentual atingido x Valor financeiro		
Pontuação atingida	Faixa de desempenho	Valor Financeiro*
126-140	100%	
111-125	90%	
96-110	80%	
81-95	70%	
<80	60%	

*Poderá ser alterado conforme credenciamento.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

• **40% (quarenta por cento)** do valor pré-fixado R\$ xxx, serão repassadas **mensalmente** ao estabelecimento de acordo com o percentual de cumprimento das **metas quantitativas**. Sendo este percentual um comparativo entre a série histórica e a produção do prestador da média e alta complexidade, conforme as seguintes faixas:

h) Cumprimento de 91 a $\geq 105\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 100% da referida parcela;

i) Cumprimento de 81 a $\geq 90\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 90% da referida parcela;

j) Cumprimento de 71 a $\geq 80\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 80% da referida parcela;

k) Cumprimento de 61 a $\geq 70\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 70% da referida parcela;

l) Cumprimento de 51 a $\geq 60\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 60% da referida parcela;

m) Cumprimento menor ou igual a 50% das metas quantitativas pactuadas corresponderá ao repasse conforme produção hospitalar e redução em 50% dos demais incentivos;

n) O valor financeiro correspondente a cada percentual atingido na análise das metas quantitativas está descrito na tabela abaixo:

Percentual atingido x Valor financeiro		
Percentual atingido	Faixa de desempenho	Valor financeiro*
91% a $\geq 105\%$	100%	
81% a 90%	90%	
71% a 80%	80%	
61% a 70%	70%	
51% a 60%	60%	

* Poderá ser alterado conforme credenciamento.

Parágrafo Terceiro

Os percentuais indicados referem-se à distribuição dos recursos, do bloco pré-fixado, entre as metas qualitativas e quantitativas dispostas no Documento Descritivo e poderão ser alterados, desde que pactuados entre o ente federativo contratante e o hospital/contratado.

Parágrafo Quarto

Conforme a distribuição disposta em 40% (quarenta por cento) para as metas quantitativas e 60% (sessenta por centos) condicionada ao cumprimento das metas qualitativas, serão aplicados descontos sobre os recursos previstos para cada segmento caso o CONTRATADO não consiga cumprir as metas previstas no Documento Descritivo.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Parágrafo Quinto

Caso o contrato não atinja pelo menos 70% (setenta por cento) das metas pactuadas, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, passará a receber por meio do faturamento dos procedimentos realizados para o SUS por um período de no máximo 2 (dois) meses, período este definido como limite para a apresentação de um novo documento descritivo, pactuado entre o Gestor e o CONTRATADO.

Parágrafo Sexto

O componente pós-fixado corresponde aos procedimentos custeados por meio de financiamento do FAEC – Fundo de Ações estratégicas e compensação e será repasso ao CONTRATADO posteriormente (pós-produção, aprovação, processamento e respectiva transferência financeiro ao FMS – fundo Municipal de Saúde – pelo FNS – Fundo Nacional de Saúde, de acordo com a produção mensal aprovada pelos CONTRATANTES, respeitando o limite contratual previsto.

Parágrafo Sétimo

Os recursos do presente contrato são provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, na dotação orçamentária e às dotações correspondentes aos exercícios subsequentes.

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03580	08.001.10.301.0007.2044	00000
03600	08.001.10.301.0007.2044	00494
03600	08.001.10.301.0007.2044	00494 EA
03610	08.001.10.301.0007.2044	00495
03610	08.001.10.301.0007.2044	00495 EA
03621	08.001.10.301.0007.2044	00496
03621	08.001.10.301.0007.2044	00496 EA

Parágrafo Oitavo

FONTES RECURSOS:

- SESA – Secretaria Estadual de Saúde via Fundo Municipal de Saúde, fonte 496;
- Recursos Livres.
- Média e Alta Complexidade – MAC 494.

CLAUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE PROCESSAMENTO E PAGAMENTO

O CONTRATADO apresentará, mensalmente, aos CONTRATANTES, a nota fiscal referente à prestação dos serviços, após o fechamento do faturamento realizados Secretaria de Saúde, nas condições abaixo descritas:

Parágrafo Primeiro

O prestador deverá disponibilizar semanalmente as contas ambulatoriais e hospitalares que serão conferidas pela Auditoria Médica Municipal, servindo como base para avaliação das metas quantitativas constantes no Documento Descritivo;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Segundo

O prestador deverá encaminhar os arquivos de transferência SIHD (Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado) e SIA (Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS) até o 15º (décimo quinto dia) dia de cada mês a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. No caso de alteração no formato do processamento, o prestador deverá cumprir com as mesmas.

Parágrafo Terceiro

O pagamento somente será efetuado após o recebimento e aceitação por parte do(a) fiscal e gestor(a) do contrato da nota fiscal e seus anexos.

Parágrafo Quarto

O prestador mediante sua regularidade com a Certidão Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), emitirá nota fiscal e encaminhará a mesma ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-DV), o qual terá 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento ao prestador.

Parágrafo Quinto

Para o LOTE V, o pagamento para o CONTRATADO fica condicionado ao repasse de recurso efetivado pela SESA - Secretaria Estadual de Saúde, via Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Sexto

A Credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual varia entre R\$ 8,00 (oito reais) a R\$ 10,00 (dez reais) por operação.

Parágrafo Sétimo**Deverá constar na nota fiscal:**

Número do Chamamento Público.

Número da Inexigibilidade.

Número do Contrato.

Número do Aditivo, se houver.

Recebimento de acordo com o Decreto 17137/2021.

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

CLAUSULA OITAVA – DO DOCUMENTO DESCRITIVO

O Documento Descritivo, é parte integrante deste contrato e condição de sua eficácia, pode ser completado em conjunto com o CONTRATANTE, na figura da Secretaria Municipal de Saúde, e pelo CONTRATADO, em razão da possível distribuição dos serviços ente os credenciados, e deve conter:

- 1 – As ações e serviços objeto deste contrato;
- 2 – Estrutura tecnológica e a capacidade instalada do CONTRATADO;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- 3 – Detalhamento e quantificação das metas físicas do CONTRATADO, atendimentos ambulatoriais e cirúrgicos definidos no Edital e anexos;
- 4 – Detalhamento e quantificação das metas de qualidade, definidas no Edital e anexos;
- 5 – Instrumento de avaliação definidos no edital;

Parágrafo Único

O Documento Descritivo deve ter validade de 12 (doze) meses, conforme prazo de execução do presente contrato, podendo ser revisto a qualquer tempo. Em caso de prorrogação contratual, a vigência do Documento Descritivo não deverá ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses.

CLAUSULA NONA – DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O contrato deve contar com uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, composta por membros dos CONTRATANTES, na figura da Secretaria Municipal de Saúde, do CONTRATADO, do Conselho Municipal de Saúde. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- 02 Representantes do Gestor Municipal;
- 02 Representantes do Hospital;
- 01 Representante do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Primeiro

As atribuições desta comissão serão de acompanhar a execução do presente contrato, principalmente no que trata de seus custos, cumprimento das metas estabelecidas no Documento descritivo e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários.

Parágrafo Segundo

A comissão de Acompanhamento e Avaliação deve ser criadas pelo CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

Parágrafo Terceiro

O CONTRATADO fica obrigado a fornecer à Comissão todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Parágrafo Quarto

O cronograma de avaliação a ser realizado a cada 60 (sessenta) dias, preferencialmente.

Parágrafo Quinto

A Comissão emitirá relatório de avaliação assinado por todos os membros e entregará cópia ao Departamento de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-DV). Sendo uma cópia arquivada juntamente a nota de empenho da SMS-DV e outra cópia encaminhada ao prestador;

Parágrafo Sexto

A qualquer momento da vigência deste contrato os representantes dos CONTRATANTES ou da comissão poderão visitar as instalações do CONTRATADO para verificar condições de higiene, rotina de atendimento e quaisquer outros fatores que influenciem no



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

fornecimento dos produtos/serviços, para fins de avaliar se estão sendo observadas as normas e regulamentos pertinentes.

Parágrafo Sétimo

A Comissão utilizará de relatórios fornecidos pelo Gestor Municipal, oriundos do banco de dados do DATASUS, auditoria, sistema próprio da SMS-DV, Vigilância Sanitária (VISA), relatórios internos do prestador, e demanda oriundas do controle social para mensurar o desempenho no período avaliado do Hospital;

Parágrafo Oitavo

A existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias da regulação e auditoria, bem como do fiscal e gestor do contrato que serão sistematicamente desenvolvidas e realizadas, bem como o acompanhamento conforme IN 001/2018;

CLAUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será realizada pelo médico auditor, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, os quais efetuarão a conferência, que pode ser *in loco*, sobre a adequação da prestação dos serviços contratados às exigências dispostas no Contrato e Documento Descritivo.

Parágrafo Primeiro

A fiscalização por parte dos CONTRATANTES não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

Parágrafo Segundo

Havendo irregularidades na execução do objeto do presente contrato, o CONTRATADO deverá ser notificado, oportunizando sua manifestação e determinação de prazo para regularização da ocorrência. Caso não haja sucesso na solução da problemática ou mesmo verificando descumprimento contratual, será encaminhado processo para apuração de penalidade administrativa ao órgão responsável, fazendo constar o descumprimento contratual e cópias das comunicações enviadas ao CONTRATO e suas respostas, bem como o prejuízo acarretado ao CONTRATANTE;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE

Em caso de prorrogação do presente chamamento, o valor dos serviços será corrigido pela variação do IPCA.

Parágrafo Primeiro

O presente contrato poderá ser alterado/reajustado mediante a celebração de termo aditivo ou de apostilamento, que será devidamente publicado, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado.

Parágrafo Segundo

Poderão ocorrer aditivos:

a) Pelo aumento e/ou diminuição do teto de Média e Alta complexidade com base no motivo de acréscimo ou dedução;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- b) Pela ocorrência de nova habilitação;
- c) Por acréscimo de recursos, com aprovação em CIB-Regional, para a Rede de Atenção à Saúde;

Parágrafo Terceiro

O Documento Descritivo poderá ser revisto a qualquer época e as metas físicas poderão ser alterados desde que observada a alteração física e o respectivo correspondente financeiro, de maneira que haja recursos para custeio das alterações proposta.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido pelo município respeitando as hipóteses da Lei 8666/93, e pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo Município.

Parágrafo Primeiro

Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do Município, Estado ou do Ministério da Saúde.

Parágrafo Segundo

Pelo não cumprimento na entrega dos relatórios mensais e anuais ou paralisação imotivada na prestação de serviços, sem justa causa e sem comunicação prévia a Secretaria Municipal de Saúde (SMS-DV).

Parágrafo Terceiro

Pela cobrança ao usuário na realização dos serviços objeto do CONTRATO.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão do CONTRATO nas seguintes hipóteses:

I – O não cumprimento das cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

II – Atraso no pagamento das faturas pela CONTRATANTE, aqui entendido atraso continuado de pelo menos 3 (três) meses consecutivos;

III – Caberá à CONTRATADA notificar o CONTRATANTE, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando o fim da prestação dos serviços contratados, tendo a CONTRATANTE um prazo de 6 (seis) meses para adequação do serviço em outro prestador. Durante esse período cabe a CONTRATADA permanecer executando os serviços.

Parágrafo Quinto

O Conselho Municipal de Saúde deverá ser comunicado sobre a decisão de rescisão, bem como das medidas adotadas pelo gestor visando a não desassistência à população usuária do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Sexto

Em caso de rescisão unilateral, obrigam-se às partes a providenciar aviso prévio, assegurado o prazo necessário à realização de novo credenciamento, devendo a



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

CONTRATANTE comunicar a rescisão/descredenciamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e a CONTRATADA comunicar a rescisão/descredenciamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Sétimo

Cabe as partes atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que:

Parágrafo Oitavo

O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado de Saúde - SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco. Em consequência desta política, o Banco define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

VI. “Prática corrupta”, significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

VII. “Prática fraudulenta”: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

VIII. “Prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

IX. “Prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

X. “Prática obstrutiva”: significa deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

- Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas,



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

- Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representante do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

- Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

- Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contras e registro, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução dos contratos, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

Parágrafo único

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do contrato, principalmente aos referentes do Documento Descritivo, cabendo recurso ao Conselho Municipal de Saúde.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de execução e vigência será contado da competência/mês de assinatura deste termo, até o dia 5 de abril de 2022, para fins de registro junto ao Ministério da Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de má execução do objeto, que deve ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante credenciada que deixar de assinar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

Parágrafo Segundo

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo Terceiro

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto

Com fundamento no artigo 154 da lei estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Quinto

Caberá multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

Parágrafo Sexto

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

Parágrafo Sétimo

Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Primeiro

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito.

Dois Vizinhos, de de 2021

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Empresa
CNPJ



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Anexo ao Contrato
DOCUMENTO DESCRITIVO

O presente Documento Descritivo foi elaborado em conjunto entre a Secretaria Municipal de Saúde e o contratante, tendo por objetivo, de acordo com o preconizado na Lei 8080/1990, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, 2, 3, 5 e 6/2017, instrumentalizar a implementação do processo de reestruturação da Política Nacional de Atenção à Saúde e que dispõe sobre a explicitação de cláusulas necessárias nos contratos de prestação de serviços, permitindo o aprimoramento da atualização do CONTRATO no Sistema Único de Saúde (SUS).

Trata-se da instrumentalização por meio das normativas sobre a forma e mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades de atenção e de gestão do serviço prestados, objetiva aperfeiçoar a articulação entre o contratado e a Rede Municipal de Saúde.

FLUXOS DE ACESSO E ATENDIMENTO

Atendimento de urgência e emergência: o CONTRATADO deve atender os pacientes provenientes de sua porta aberta de pronto-socorro clínico/cirúrgico e os provenientes das regulações d Central de Leitos especializados/SAMU.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES PACTUADAS

LOTE I – EQUIPE EMERGENCISTA

Garantir o acesso dos pacientes referenciados, compreendendo o primeiro atendimento;

LOTE II – ATENÇÃO ÀS GESTANTES

Garantir o acesso da gestante aos serviços, atendendo com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;

O prestador será referência para as gestantes de risco habitual. No caso de intercorrências e mudança do risco durante o atendimento obstétrico, o Hospital referenciará as mesmas para o Hospital Regional do Sudoeste, responsável pelo atendimento do risco intermediário e alto risco;

Observar e seguir os protocolos clínicos reconhecido como padrão para a Rede Materno Infantil editado pelo Ministério da Saúde;

Responsabilizar-se em manter profissionais de Obstetrícia e anestesiologia para garantia a qualificação do parto;

Fornecer a SMS documentos e informações necessárias quando solicitado;

Garantir o direito de acompanhante de livre escolha pela gestante e em tempo integral no pré-parto, parto e pós-parto;

Garantir vinculação do parto na Rede Materno Infantil das gestantes do Sistema Único de Saúde, para os procedimentos, conforme SIGTAP:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- Procedimento 03.10.01.003-9 – Parto Normal;
- Procedimento 04.11.01.003-4 – Parto cesariano;

Realizar triagem neonatal (teste do pezinho, orelhinha, olhinho e coraçãozinho);

Estratificar o risco do recém-nascido, conforme linha guia da Rede Materno Infantil e encaminhar para seguimento de acordo com o risco identificado;

LOTE III – ATENDIMENTO HOSPITALAR URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

Garantir o acesso aos casos regulados pelo SAMU, compreendendo o primeiro atendimento, pelo clínico geral e dependendo cada caso convoca o sobreaviso na especialidade específica sendo em cardiologia, ortopedia, oftalmologia, anestesiologia;

LOTE IV – ATENDIMENTO CIRURGICO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

Atendimento cirúrgico nos casos avaliados pelo primeiro atendimento que necessitem de intervenção cirúrgica, dentro do quadro de especialidades disponíveis no estabelecimento;

LOTE V – ESTRUTURAÇÃO DAS PORTAS DE ENTRADA

Atender as normas e diretrizes definidas pela Portaria de Estruturação das Portas de Entrada em Urgência e Emergência.

ESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E RECURSOS HUMANOS

Estrutura hospitalar, equipamentos e funcionários será baseada em documento extraído do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO E PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS

EIXO DA ASSISTÊNCIA

1.1 Manter dedicação ao SUS com leitos para internação suficientes à demanda, utilizando suas instalações, equipamentos, insumos e profissionais qualificados, zelando pela qualidade e resolutividade da assistência;

1.2 Como referência em urgência/emergência municipal não recusará os atendimentos em clínica médica, nas especialidades de ginecologia obstetrícia, cirurgia geral, pediatria clínica, ortopedia, conforme contratualização, sob alegação de inexistência de leitos vagos. Nestes casos deverá acomodar o usuário em instalações de nível igual ou superior ao SUS, até existência da vaga disponível nos leitos contratados;

1.3 Manter o serviço de pronto socorro funcionando 24 (vinte e quatro) horas/dia, ininterrupto, inclusive feriados, com plantonista médico e equipe de enfermagem e profissionais de retaguarda em sistema de sobre aviso.

1.4 Integrar-se aos Sistemas de Regulação do SUS, SAMU, Corpo de Bombeiros e outros que possam ser implantados pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, previamente acordado com o hospital, garantindo o cesso aos serviços pactuados e contratados;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

1.5 Elaborar projetos de humanização, implementando ações previstas na Portaria GM/MS nº 519/2012, que estabelece o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), contribuindo para a qualificação do cuidado em saúde:

- Implantar os Núcleos de Segurança do Paciente;
- Implantar os Protocolos de Segurança do Paciente;
- Implementar as Classificações de Risco dos Pacientes do Pronto Socorro. Implantar Atendimento Humanização, de acordo com a Política Nacional de Humanização (PNH), visando:
 - Atendimento acolhedor e resolutivo;
 - Responsabilização da equipe/trabalhador pelo usuário desde sua chegada até sua saída;
 - Garantir atenção integral, resolutiva e responsável por meio da articulação das redes internas e externas dos serviços, para continuidade da assistência quando necessário;
 - Respeitar os direitos dos usuários, familiares e acompanhantes, viabilizando o acesso à equipe assistencial quando solicitado.

1.6 Assegurar a alta responsável conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Hospitalar, Portaria nº 3390/2013, com a contrarreferência para as Unidades de Saúde, com relatório detalhado sobre a propedêutica, terapêutica, procedimentos realizados e orientações necessárias para o seu adequado acompanhamento, mantendo cópia em prontuário médico. Pacientes com sequelas neurológicas e/ou acamados será necessário emitir Plano de Cuidados para acompanhamento e assistência domiciliar, com intuito de garantir a continuidade do cuidado. Aos usuários que necessitarem de material de reabilitação, órteses e equipamentos (aspirador, cama, ventilador...) o prestador deverá entrar em contato com a SMS para a programação da alta;

1.7 Garantir acesso de visitas diárias aos usuários internados, determinando o tempo de duração e número de visitantes;

1.8 Aos usuários internados com mais de 60 (sessenta) anos, adolescentes até 18 (dezoito) anos, gestantes e pessoas com deficiência, deverá garantir a presença de acompanhante 24 (vinte e quatro) horas/dia, adequando a estrutura para a acomodação deste acompanhante;

1.9 Disponibilizar acesso aos prontuários a SMS para fins de Auditoria analítica, e também aos usuários e pais ou responsáveis de menores de acordo com o Código de Ética Médica;

1.10 Disponibilizar informações sobre as intervenções, solicitando o usuário Consentimento Livre e Esclarecimento para a realização de procedimentos terapêuticos e



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

diagnósticos, de acordo com as legislações vigentes e manter em anexo ao prontuário médico;

- 1.11 Notificar doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória, conforme orientações da Portaria 104/2011 e outras que possam vir a substituir;
- 1.12 Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;
- 1.13 Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos válidos;
- 1.14 Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas a otimização da utilização;
- 1.15 Garantir a igualdade de acesso e qualidade de atendimento aos usuários nas ações e serviços contratualizados em caso de oferta simultânea com financiamento privado;
- 1.16 Prescrever prioritariamente medicações que se encontram no rol de medicamentos fornecidos pelo SUS, quando da alta hospitalar;

EIXO GESTÃO

- 1.17 Manter o cadastro dos profissionais, equipamentos e serviços atualizados junto ao CNES;
- 1.18 Permitir o acesso do Conselho Municipal de Saúde, através de seus representantes para entendimento do funcionamento e fiscalização, desde que comunicado com antecedência para a programação da visita;
- 1.19 Dispor de serviço de Ouvidoria conforme Resolução SESA nº 443/2013;
- 1.20 Informar aos trabalhadores os compromissos e metas da contratualização, incentivando o seu cumprimento;
- 1.21 Garantir o funcionamento permanente e integral das comissões:
 - Comissão de controle de infecção hospitalar;
 - Comissão de ética médica;
 - Comissão de revisão de prontuários e análise de óbitos;
- 1.22 Alimentar regularmente os sistemas de informações do Ministério da Saúde, incluindo o CNES, o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) na modalidade Boletim de Produção Ambulatorial Individualizada (BPA-I) e Consolidada (BPA-C), Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Sistema De Comunicação De Informação Ambulatorial E Hospitalar (CIHA) e outros sistemas que venham a ser implementados no âmbito do SUS em substituição ou complementaridade;
- 1.23 Garantir a gratuidade das ações e serviços de saúde contratualizados aos usuários do SUS;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- 1.24 Dispor de recursos humanos adequados e suficientes, bem como de estrutura física e equipamentos adequados ao perfil assistencial;
- 1.25 Participar da Comissão de Acompanhamento de Contratualização;
- 1.26 Assegurar o desenvolvimento de educação permanente para seus trabalhadores;
- 1.27 Informar ao Gestor em tempo hábil, eventuais desativações temporárias de leitos, com especificação do motivo e planos alternativos para garantia da assistência;
- 1.28 Manter anexo ao prontuário do paciente a guia de referência de urgência/emergência, comprovando a porta de entrada SUS do usuário;
- 1.29 Manter fluxo e encaminhar a Vigilância Sanitária (VISA):
- Notificação compulsória;
 - Boletim mensal de controle de infecção hospitalar;
 - Boletim de taxa de mortalidade geral, infantil, neonatal e pós-neonatal;
 - Notificação das altas de menores de um ano de pacientes do SUS;
 - Boletim de taxa de mortalidade hospitalar de acordo com as legislações específicas;
 - Notificação de tentativa de suicídio;
 - Relatório de notificação de acidentes de trânsito e relatório de acidentes de trabalho;
- 1.30 Manter fluxo de notificação de potenciais doadores de órgãos;
- 1.31 Manter licença sanitária ou documento equivalente;
- 1.32 Disponibilizar à SMS até do 25º dia do mês, escala médica do mês subsequente;
- 1.33 Disponibilizar semanalmente as contas ambulatoriais e hospitalares para análise da auditoria médica, onde após conferência a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos iniciará o processo de faturamento.

EIXO ENSINO E PESQUISA

- 1.34 Compete ao hospital disponibilizar aos profissionais:
- Ensino integrado a assistência;
 - Oferecer formação e qualificação de acordo com as necessidades de saúde e as políticas prioritárias do SUS, visando o trabalho multiprofissional;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- Garantir práticas de ensino baseadas no cuidado integral e resolutivo do usuário;

EIXO DE AVALIAÇÃO

- 1.35 Acompanhar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e Eficiência na qualidade dos serviços;
- 1.36 Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos vigentes neste Documento Descritivo;
- 1.37 Avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes por meio de registros;
- 1.38 Participar do processo de avaliação estabelecido pelos gestores do SUS;
- 1.39 Realizar auditoria clínica para monitoramento da qualidade da assistência e do controle de riscos;
- 1.40 Monitorar a execução orçamentária e zelar pela adequada utilização de recursos financeiros previstos neste instrumento formal de contratualização;
- 1.41 Monitorar os seguintes indicadores gerais:
 - Taxa de ocupação de leitos;
 - Tempo médio de permanência para leitos e clínica médica e cirúrgica;
 - Taxa de mortalidade institucional;

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades e indicadores de avaliação da gestão serão monitoradas pela Comissão de acompanhamento e avaliação do Contrato, por meio de visitas no papel do Médico Auditor *in loco* e dos instrumentos de avaliação, do Gestor.

As metas e indicadores serão analisadas mensalmente pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato.

Para acompanhamento do desempenho do CONTRATADO, devem ser observados os seguintes documentos e relatórios:

- I – Prontuários médicos dos pacientes;
- II – Espelhos de Laudo de solicitação de Internamento/AIH;
- III – Relatórios do SIHD;
- IV – Relatórios do SIA;
- V – Resumo de Faturamento hospitalar por hospital;
- VI – Relatórios Datasus;
- VII – Relatório da Auditoria, após visita *in loco*;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

VIII – Relatório da Auditoria Operativa para avaliação das metas e indicadores qualitativos e quantitativos;

IX – Formulários e documentos próprios do CONTRATADO, como atas, relatórios de ouvidoria, pesquisas de satisfação, dentre outros identificados como necessários para aferição da qualidade dos serviços prestados pelo Hospital.

Para avaliação mensal de produção do contrato, serão consideradas as informações dos sistemas nacionais (MS/DATASUS/TABWIN).

A respeito da auditoria operativa, destaca-se que semanalmente representantes da Auditoria Municipal realização visita técnica *in loco* no hospital, a fim de verificar o cumprimento do estabelecido no Contrato e Documento Descritivo. Os representantes da Auditoria Municipal emitir~]ao relatório mensal, que deve ser utilizado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação para validação dos dados apresentados.

AValiação DAS METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

As metas quantitativas serão acompanhadas mensalmente para fins de pagamento. As Metas qualitativas serão avaliadas mensalmente, com elaboração de relatório pela Comissão de Acompanhamento.

METAS QUANTITATIVAS

São as metas que podem ser quantificáveis por meio de números e informações apresentas pelo prestador por meio da produção de serviços. A produção será regulada, auditada e avaliada pela Auditoria Municipal e pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização, de acordo com os indicadores de metas ambulatoriais e hospitalares descritos abaixo:

Ambulatoriais	Quantidade
Atendimentos (030101, 030104, 030106 e 030110)	
Exames laboratoriais (020201, 020202, 020203, 020205, 020206, 020208, 020209 e 020212)	
Radiografias (020401, 020402, 020403, 020404, 020405, e 020406)	
Ultrassonografias (020501 e 020502)	
Tomografia (020601, 020602 e 020603)	
Hospitalar	Quantidade
Internações clínicas	
Cirurgias urgência/emergência	
Parto Normal	
Parto cesariano	

I - É responsabilidade do Hospital realizar os exames e todos os procedimento autogerados em sua estrutura necessários para o atendimento integral e resolutivo do usuário, em conformidade com a Tabela SUS de procedimentos, de acordo com as metas pactuadas e compromissos assumidos em habilitações e complexidade específicas;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

II – Garantir, de acordo com a pactuação, o atendimento integral ao paciente e o cumprimento das metas quantitativas;

III – Responsabilizar-se pela guarda dos laudos autorizados;

IV – O hospital não será penalizado, caso esteja atendendo acima de sua capacidade contratualizadas pois trata-se de instituição de saúde porta aberta sujeito a variação de demanda;

METAS QUALITATIVAS

A avaliação das metas qualitativas refere-se ao que não é mensurável, referem-se à qualidade dos atendimentos prestados.

Item	Meta	Indicador	Pontuação Máxima	Mês analisado		
				1º	2º	3º
ASSISTÊNCIA						
1	Manter a dedicação ao SUS com leitos para internação suficientes à demanda	Relatório do quantitativo de pacientes internados SUS, em relação a todos os internamentos realizados no hospital.	5			
2	Manter o Pronto Socorro funcionando 24h/dia, com plantonista médico presencial.	Verificação <i>in loco</i> do funcionamento pela Auditoria.	5			
3	Manter em regime de plantão/sobre aviso as especialidades conforme contratualização.	Apresentação das escalas médicas até 25ª dia do mês, referente ao mês subsequente com verificação pela Auditoria;	5			
4	Comissões ativas: - Comissão de humanização; - Comissão do núcleo de segurança do paciente; - Comissão de controle de infecção hospitalar; - Comissão de ética médica; - Comissão de revisão de prontuários e de análise de óbitos;	Apresentar ata de cada comissão da última reunião realizada com validade progressiva de 6 meses.	5			
5	Assegurar a alta responsável conforme contratualização.	- Ausência de queixas pelos sistemas de ouvidoria; - Verificação pela Auditoria.	5			



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

6	Assegurar a presença de acompanhantes conforme contratualizado. Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza. Garantir a gratuidade dos serviços e ações de saúde aos usuários SUS.	Declaração do Diretor do Hospital comprometendo-se a cumprir essas responsabilidades.	5			
7	Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos validados.	Apresentar cópia atualizada dos protocolos, com validade progressiva de 1 ano.	5			
8	Atualização no CNES, de toda equipe médica, de enfermagem, multidisciplinar, de apoio diagnóstico e assistencial.	Declaração do diretor do hospital atentando a manutenção da equipe e solicitando atualização das informações periodicamente.	5			
9	Acesso do Conselho Municipal de Saúde conforme contratualizado.	Ausência de formalização do conselho sobre dificuldades de acesso no prestador.	5			
10	Ouvidoria	Dispor de ouvidoria com informação visível do contato, com verificação <i>in loco</i> pela Auditoria.	5			
11	Taxa de satisfação dos usuários internados.	Conferência por meio dos relatórios de pesquisa de satisfação realizados pelo Hospital.	5			
12	Informar os trabalhadores os compromissos e metas pactuados.	Declaração de ciência assinada por todos os profissionais conforme cadastro no CNES e pelo diretor geral.	5			
13	Divulgar em local visível e de fácil acesso a informações que o estabelecimento é integrante do SUS.	Verificação <i>in loco</i> pela Auditoria.	5			
GESTÃO						
14	Disponibilizar as contas ambulatoriais e	Verificação pela Auditoria.	5			



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

	hospitalares e o arquivo para Auditoria tendo como prazo máximo o 15º (décimo quinto dia) dia do mês.				
15	Alimentar os sistemas de informação o Ministério da Saúde conforme contratualizado.	Ausência de queixa formalizada ao setor de Auditoria da SMS.	5		
16	Desenvolver ações de educação continuada para os trabalhadores do hospital.	Relatório do hospital/ lista de presença com validade progressiva de 3 meses.	5		
17	Informar ao gestor do SUS as eventuais desativações de leitos, equipamentos e assistência com especificação do motivo e apresentação de plano alternativo para assistência, bem como previsão do retorno à normalidade.	Encaminhar ofício em tempo real com a especificação da intercorrência e plano alternativo para assistência.	5		
18	Manter em anexo ao prontuário do paciente a guia de referência de urgência/emergência comprovando a porta de Entrada SUS.	Verificação pela Auditoria.	5		
19	Realizar acolhimento e classificação de risco, de acordo com políticas ministeriais. Mantê-las anexadas as fichas de atendimento ambulatorial e de internação em Pronto Atendimento.	Manter em local visível aos usuários, placa contendo informações sobre a classificação de risco, com cores e tempo de espera; Apresentar classificação de risco anexada as fichas de atendimento; Verificação pela Auditoria.	5		
20	Preencher notificações compulsórias de doenças e agravos através do SINAN e sobre mortalidade no SIM.	Ausência de queixa formalizada pelo Departamento de Vigilância em saúde.	5		



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

21	Apresentar licença sanitária ou documento equivalente.	Apresentar cópia atualizada de licença sanitária ou documento equivalente.	5			
INDICADORES DE ENSINO E PESQUISA						
22	Garantir formação e qualificação dos profissionais conforme políticas prioritárias no SUS, garantindo práticas baseadas no cuidado integral e resolutivo.	Relatório e lista de presença de capacitação com validade progressiva de 6 meses.	5			
INDICADORES DE AVALIAÇÃO						
23	Taxa geral de ocupação hospitalar Total de pacientes-dia, no período $\frac{\quad}{\quad} \times 100$ Total de leitos-dia, no período	Apresentar relatório.	5			
24	Tempo médio de permanência geral Nº de pacientes/dia no período $\frac{\quad}{\quad} \times 100$ Nº de saúde no período. Fonte: Agencia nacional de saúde suplementar (ANS)	Apresentar relatório	5			
25	Tempo médio permanência leitos clínica médica Total de pacientes dia, em leitos de clínica médica, no período $\frac{\quad}{\quad}$ Total de saídas dos leitos de clínica médica, no mesmo período	Apresentar relatório.	5			
26	Tempo médio permanência leitos cirúrgicos Total de pacientes-dia, nos leitos cirúrgicos, no período $\frac{\quad}{\quad}$ Total de saída dos leitos cirúrgicos no mesmo período.	Apresentar relatório.	5			



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

27	Taxa de mortalidade institucional Total de óbitos ocorridos em pacientes ≥ 24 horas de admissão, no período _____ x100 Total de saúde hospitalar, no mesmo período.	Apresentar relatório.	5			
28	Incidência de infecção por CVC	Apresentar relatório.	5			

O documento Descritivo será avaliado para efeito de pagamento segundo o cumprimento de metas e pontuações, de acordo com os critérios pactuados a seguir:

A) O valor do total dos recursos correspondentes do componente pré-fixado, serão distribuídos da seguinte forma:

- 40% (quarenta por cento) condicionado ao cumprimento das metas quantitativas;
- 60% (sessenta por cento) condicionado ao cumprimento das metas qualitativas;

B) Os percentuais indicados referem-se à distribuição do valor do componente pré-fixado entre metas qualitativas e quantitativas dispostas no Documento descritivo e poderão ser alterados, desde que pactuados entre o ente federativo contratante e o hospital/contratado e respeitando o limite mínimo de 40% (quarenta por cento) para uma das metas;

C) Desta forma o CONTRATADO receberá a totalidade dos recursos condizentes às metas quantitativas se obtiver a integralidade da pontuação, e, da mesma forma, será repassado os todos dos recursos vinculados as metas qualitativas em caso de cumprimento integral das metas respectivas. E, na condição do CONTRATADO não alcançar a pontuação para repasse integral, para ambas as divisões de metas, serão aplicados descontos proporcionais para repasses dos recursos pré-fixados;

D) Caso o contrato não atinja pelo menos 70% (setenta por cento) das metas pactuadas, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, passará a receber por meio do faturamento dos procedimentos realizados para o SUS por um período de no máximo 2 (dois) meses, período este definido como limite para a apresentação de um novo documento descritivo, pactuado entre o Gestor e o CONTRATADO.

E) A aferição do desempenho do CONTRATADO será realizada mensalmente pela equipe técnica da Secretaria de Saúde através de análise da produção, metas e indicadores de desempenho efetivamente identificados, utilizando-se dos dados das fontes já mencionadas, com a finalidade de autorizar o repasse financeiro (integral ou proporcional) dos recursos vinculados ao cumprimento das metas quantitativas e qualitativas. A aferição



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

do desempenho do CONTRATADO é validada pela comissão de Acompanhamento do Contrato que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos indicadores pactuados neste documento Descritivo, com reuniões realizadas mensalmente, bem como a atribuição de validas as autorizações e concessões dos descontos proporcionais atrelados a prestação dos serviços.

F) No primeiro mês de vigência do Documento Descritivo do Contrato, o valor correspondente ao bloco pré-fixado será repassado integralmente, e, partir do segundo mês de execução deste Documento será considerado o desempenho alcançado pelo CONTRATADO, em suas metas quantitativas e qualitativas referente a competência anterior.

G) As obrigações do CONTRATADO são consideradas itens primordiais e devem ser cumpridos independente da aplicação de pontuação e serão monitorados se foram (ou não) alcançados.

H) Após análise da documentação e estabelecimento do resultado da avaliação de desempenho do CONTRATADO, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação deve reunir-se para apresentação e validação das prestações dos serviços em determinado período resultando no percentual atingido pelo CONTRATADO, com registro em ata e assinatura dos integrantes.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Natália Becchi Borcatto
Presidente



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS EM NÍVEL HOSPITALAR, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTOS, INTERNAÇÕES, CIRURGIAS E EXAMES COMPLEMENTARES EM URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E ELETIVOS PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, SENDO QUE O HOSPITAL DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPES DE MÉDICOS E PROFISSIONAIS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, PARA ESTAREM DE PLANTÃO QUANTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, VISANDO DIMINUIR A NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTOS DE PACIENTES PARA OUTROS MUNICÍPIOS.

BLOCO I – QUALIFICAÇÃO DO ACESSO FRENTE ÀS REDES DE ATENÇÃO.

LOTE I – EQUIPE EMERGENCISTA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	<p>SUPLEMENTAÇÃO para qualificação do acesso em urgência/emergência, classificado como primeiro atendimento, com equipe emergencista.</p> <p>Com atendimento em urgência/emergência 24 horas/dia – 30 dias/mês, a população do município conforme Rede de Urgência e Emergência.</p> <p>Com profissional:</p> <p>Clínico Geral, atendimento 24 horas/dia</p> <p>Enfermeiro, atendimento 24 horas/dia</p> <p>Técnico de enfermagem, atendimento 24 horas/dia.</p> <p>Com oferta de Serviços de Apoio a Diagnose e Terapia necessários para a integralidade de atenção do paciente, em sobreaviso 24 horas/dia.</p> <p>O pronto atendimento, bem como todas as instalações e funcionalidades, deverá estar disponível a população do município 24 horas por dia de segunda a segunda independente de feriados e pontos facultativos.</p>	Dia	R\$ 10.717,15

LOTE II – ATENÇÃO ÀS GESTANTES			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	<p>SUPLEMENTAÇÃO de custeio para a qualificação do acesso, com foco na linha de cuidado materno/infantil, na</p>	Dia	R\$ 4.016,67



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

	<p>prestação de serviço ambulatorial e hospitalar voltado a atenção a gestantes de risco habitual. Com atendimento em urgência/emergência 24 horas/dia – 30 dias/mês, a população própria. Com suporte nas especialidades: Pediatria – sobreaviso 24 horas e atendimento em enfermaria Obstetrícia - sobreaviso 24 horas e atendimento em enfermaria Anestesista – sobreaviso 24 horas e atendimento em enfermaria. Convocados conforme avaliação do médico clínico geral. Compreendendo avaliação, consulta médica e internamento e procedimentos necessários a assistência Pré-parto, parto e pós-parto e atendimento ao recém-nascido-RN até o momento da alta hospitalar.</p>		
--	--	--	--

LOTE III – ATENDIMENTO HOSPITALAR URGÊNCIA/EMERGÊNCIA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	<p>SUPLEMENTAÇÃO para atendimento Urgência/emergência: atendimento hospitalar a pacientes encaminhados via SAMU, bombeiros e afins, compreendendo avaliação e consulta médica, que inclua procedimentos médico-hospitalares, pequenas cirurgias ambulatoriais/suturas/ drenagens, materiais, medicamentos, instalações físicas. Com atendimento presencial Clínico Geral, atendimento 24 horas/dia Enfermeiro, atendimento 24 horas/dia Técnico de enfermagem, atendimento 24 horas/dia. Com sobreaviso em: Cardiologia, ortopedia, oftalmologia, anesthesiologia 24 horas/dia, convocados conforme avaliação do clínico geral. O pronto atendimento, bem como todas as instalações e funcionalidades, deverá estar disponível a população do município 24 horas por dia de segunda a segunda independente de feriados e pontos facultativos.</p>	Dia	R\$ 7.000,00

LOTE IV – ATENDIMENTO CIRURGICO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	<p>SUPLEMENTAÇÃO ao atendimento hospitalar em Centro Cirúrgico, para cirurgias de urgências nas especialidades de ortopedia, pediatria, ginecologia, cirurgia geral, sendo acompanhadas por anesthesiologista, todos os profissionais devem estar de sobreaviso 24 horas/dia, e serão convocados</p>	Dia	R\$ 4.864,03



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

	mediante avaliação do médico clínico geral plantonista. Os atendimentos, bem como todas as instalações, deverão estar disponíveis a população do município 24 horas por dia de segunda a segunda independente de feriados e pontos facultativos.		
--	--	--	--

BLOCO II - APOIO E QUALIFICAÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DAS PORTAS DE ENTRADA DA REDE PARANÁ URGÊNCIA.

LOTE V – ESTRUTURAÇÃO DAS PORTAS DE ENTRADA			
Item	Descrição	UN	Valor Unitário
1	Custeio para estratégia de estruturação das portas de entrada da rede Paraná Urgência, visando o Apoio a Qualificação a Municípios de Gestão Ampliada como Referência Microrregional do Sistema Único de Saúde do Paraná, conforme Resolução SESA Nº 094/2021 vigente.	Mês	R\$ 110.000,00

Valor Global da Proposta R\$ _____, (_____) valor por extenso.

Validade da Proposta 60 (sessenta) dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Contratada;

Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e termina no dia 5 de abril de 2022;

Razão social:

Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Lote e preço, estabelecidos neste Edital.

Dois Vizinhos, _____ de _____ de 2021.

 Assinatura do Responsável CPF:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO IV
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
 Ref.: Chamamento nº 003/2021

RAZÃO SOCIAL e CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

NOME DA FANTASIA:
RAMO DE ATIVIDADE Nº:
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:

4- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** dirigente desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

7- Declaramos que nos responsabilizamos pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concordamos em prestar os serviços objeto deste edital



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

em nosso estabelecimento, conforme valores contratantes na proposta apresentada, sem cobrança adicional.

8- Declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responder judicialmente pelas inconsistências encontradas.

9- Declaramos que o preposto da nossa empresa será: nome_____, CPF_____, RG_____, e-mail para contato_____, número fone fixo se houver para contato_____, número fone celular_____. (Em caso de alteração das informações descritas na declaração durante a execução do contrato, a proponente deverá oficial o fiscal e gestor do contrato para atualização dos dados).

10- Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

.....,, de 2021.
Local e Data

Assinatura do Responsável
Carimbo com nº CNPJ



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO V
CARTA DE CREDENCIAMENTO
(modelo de declaração)

FORA DO ENVELOPE

À Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Comissão de Licitações
Ref.: Chamamento Público n.º 003/2021

A empresa estabelecida
..... inscrita no CNPJ nº.....
através do presente, credenciamos o Sr....., portador da cédula
de identidade nº..... de do CPF nº..... a
participar da licitação instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, Chamamento Público n.º
003/2021, na qualidade de Responsável Legal, outorgando-lhe plenos poderes para
pronunciar-se em nome da empresa, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao
certame.

_____, em _____ de _____ de 2021.

Assinatura devidamente identificada do
Responsável legal da licitante



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Vimos por meio desta declarar que o Hospital é referência para atendimento local e microrregional na média complexidade ambulatorial e hospitalar para os municípios de

Declaramos possuir estrutura hospitalar para garantir atendimento 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, possuindo para isto médico generalista e enfermeiro com plantão presencial durante todo o horário de funcionamento.

Declaramos que possuímos um total de leitos SUS ativos e cadastrados no CNES. **(O mínimo exigido é de 50 (cinquenta) leitos SUS.)**

Declaramos ainda que possuímos capacidade de ampliação para atendimento a outros municípios da Região Sudoeste, conforme negociações que já estão em andamento. Estamos vinculados ao complexo regulador do Sistema Único de Saúde – SUS.

_____, em _____ de _____ de 2021.

**Assinatura devidamente identificada do
Responsável legal da licitante**